

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA SECRETARIA  
DO PRODUTOR RURAL, DA MOBILIDADE SOCIAL E COOPERATIVISMO - SMC**

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC/MRE**

**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA**

## **PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**Projeto de Cooperação Técnica Internacional para a Regionalização das  
Políticas de Desenvolvimento do Agronegócio e do Cooperativismo Brasileiros**

**PCT BRA/IICA/13/002**

**DOCUMENTO DE REVISÃO Nº 2**

**Brasília, novembro de 2017**

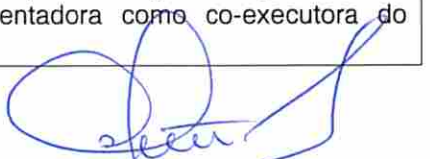
## SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO .....	3
2 - PROPOSTA DE REVISÃO .....	4
2.1 - Contextualização.....	4
2.2 – As propostas de alteração do PCT.....	5
2.3 – Objetivos e produtos do PCT .....	6
2.4 – Matriz lógica do PCT .....	7
2.5 – Execução física .....	7
3 - JUSTIFICATIVA.....	7
4 - A AGÊNCIA IMPLEMENTADORA.....	11
4.1 – Critérios adotados para a escolha.....	11
4.2 – Credenciais para execução das ações propostas .....	13
4.3 – Enquadramento, objeto e produtos da agência implementadora .....	15
4.3.1 – Enquadramento da atuação da agência implementadora .....	15
4.3.2 – Objeto da atuação .....	16
4.3.3 - Atividades a serem realizadas pela agência Implementadora.....	18
4.3.4 – Produtos a serem realizados pela agência implementadora .....	20
4.3.5 - Obrigações e responsabilidades da agência implementadora .....	22
5. ORÇAMENTO E DISPOSIÇÕES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	24
5.1 Situação orçamentária do PCT .....	24
5.2 – Previsão orçamentária dos recursos à serem alocados.....	25
5.3 – Recursos à serem destinados para a agência implementadora.....	25
5.3.1 - Insumos de contrapartida .....	27
6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....	29

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

<b>Título do Projeto</b>	Regionalização das Políticas de Desenvolvimento do Agronegócio e do Cooperativismo Brasileiros
<b>Código do Projeto</b>	BRA/IICA/13/002
<b>Sede do Projeto</b>	Brasília – Distrito Federal
<b>Área Temática</b>	Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>Instituição Nacional Executora</b>	Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo – SMC/MAPA
<b>Duração do Projeto</b>	Vigência original: Início 08/03/2013 – Término 08/03/2017 Vigência Revisão 1: Início 08/03/2013 – Término 08/03/2018 Vigência após Revisão 2: 08/03/2013 – Término 08/03/2019
<b>Aporte da Instituição Nacional Executora</b>	Orçamento Original: R\$ 9.822.000,00 Revisão nº 1 (incremento orçamentário): R\$ 4.000.000,00 Revisão nº 2 (incremento orçamentário): R\$ 4.000.000,00 Incorporação dos Rendimentos: R\$ 89.476,60 Orçamento Total após Revisão 2: R\$ 17.911.476,60
<b>Origem dos Recursos</b> Orçamento da União (100%)	Os recursos correrão por conta das ações 213S e 214Z do Programa 2042 e 20ZV, 20QX, 8593, 215A, 8622, 215B e 8606 do Programa 2077 do PPA 2016-2019
<b>Breve Descrição do Projeto</b>	O projeto tem como finalidade ampliar a contribuição da agropecuária brasileira para a construção de uma economia forte e sustentável.
<b>Objetivo da Revisão nº 2</b>	Alterar o nome da instituição executora, incrementar o orçamento do PCT para que todas as ações e metas estabelecidas se cumpram e ampliar o prazo de execução em mais 12 meses, possibilitando o desenvolvimento de estudos para as diretrizes determinadas pela nova governança do MAPA e incluir a agência implementadora como co-executora do projeto

Aprovado em 8/11/2017

  
Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
**Embaixador João Almino**  
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)

  
Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional  
**Hernan Chiriboga**  
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

  
Pela Entidade Executora Nacional  
**José Rodrigues Pinheiro Dória**  
Secretário da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

## **2 - PROPOSTA DE REVISÃO**

### **2.1 - Contextualização**

O Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/002 - PCT "*Regionalização das políticas públicas de desenvolvimento do agronegócio e do cooperativismo brasileiros*", assinado em 08/03/2013 e firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e a atualmente denominada Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SMC/MAPA<sup>1</sup>, mantém como objetivo principal as prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas no Plano Plurianual (PPA 2016 -2019) e nas Legislações Orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA). Constitui-se objeto do PCT ampliar a contribuição da agropecuária brasileira para a construção de uma economia forte e sustentável, por meio do desenvolvimento das capacidades técnicas, do acesso e da incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas nas áreas do conhecimento, conforme determina o Ministério das Relações Exteriores - MRE.

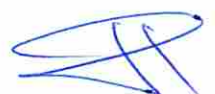
Inicialmente com vigência até 09/03/2017, a primeira Revisão do PCT foi aprovada em 11/01/2016 e proporcionou o incremento orçamentário de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), bem como a prorrogação da sua vigência por mais 12 meses. O orçamento consolidado do projeto atingiu R\$ 13.922.000,00 e o seu prazo de execução foi reajustado para 60 meses, com vigência até 08/03/2018.

Dos 60 meses previstos após a aprovação da 1ª Revisão do Projeto, 85% já transcorreram e 96,78% dos recursos originalmente previstos foram utilizados. O saldo atual do projeto é de R\$ 444.926,00, o que corresponde a 3,22% do orçamento total, considerando-se que o restante do valor está comprometido com pagamentos futuros, incluindo o TIN até o final da execução.

Até o momento, o Projeto vem mantendo elevados e constantes níveis de desempenho operacional e técnico, sendo os resultados dos estudos e seus desdobramentos, elementos comprovadores da importância do projeto para articular as contribuições da SMC/MAPA nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Durante os 51 meses de execução do PCT foram elaborados 74 Termos de Referência (TRs), os quais resultaram na execução de 394 produtos, além de outros ainda em andamento. O Quadro 1 sintetiza a produção do PCT até o final de junho de 2017.

---

<sup>1</sup> Denominação conferida pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental do MAPA.



**Quadro 1. Síntese dos Termos de Referência e produtos executados e previstos, por pessoas físicas e jurídicas, no âmbito do PCT**

<b>Consultoria</b>	<b>Número de TRs encerrados</b>	<b>Número de TRs em execução</b>	<b>Número de produtos encerrados</b>	<b>Número de produtos previstos</b>
Pessoa Física	47	11	292	43
Pessoa Jurídica	15	1	50	9
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>12</b>	<b>342</b>	<b>52</b>
<b>Total geral</b>	Número total de TRs		Número total de produtos	
	74		394	

O nível de desempenho na execução do Projeto pode ser observado no Quadro 2, o qual apresenta o Plano Operativo Anual (POA) previsto para o PCT/BRA/IICA/13/002. A média de execução dos anos anteriores foi de R\$ 262 mil/mês (52 meses).

**Quadro 2. Valores previstos e realizados do POA do PCT/BRA/IICA/13/002**

<b>ANO</b>	<b>PREVISTO POA R\$</b>	<b>REALIZADO/ À REALIZAR (*) R\$</b>	<b>% EXECUÇÃO</b>
2013	1.964.400,00	208.338,42	96,78%
2014	3.928.800,00	2.884.255,85	
2015	3.308.684,75	4.454.955,47	
2016	1.145.665,10	2.590.245,69	
2017 (até jun/17)	2.100.000,00	1.438.921,13	
2017 (jun a dez/17)	1.374.450,15	1.335.593,00 (*)	
2018 (até mar/18)	-	352.500,00 (*)	
TIN até o final da vigência	-	112.264,17	
<b>Subtotal</b>	<b>13.822.000,00</b>	<b>13.377.073,73</b>	
2018	3.591.000,00	-	-
2019	409.000,00	-	-
<b>Total</b>	<b>17.822.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 2.2 – As propostas de alteração do PCT

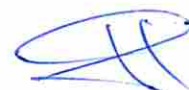
A proposta dessa 2ª Revisão visa: 1) alterar o nome da instituição executora; 2) incrementar o orçamento do PCT para que as ações e metas estabelecidas sejam potencializadas, complementadas e cumpridas; 3) ampliar o prazo de execução em mais 12 meses, além do previsto inicialmente; e, 4) incluir a agência implementadora como co-executora do projeto.

As principais razões para proceder a tais ajustes estão listadas a seguir:

- 1) A alteração do nome da instituição executora nacional é necessária, uma vez que ocorreram alterações na estrutura organizacional do MAPA e nesse contexto foi dada uma nova denominação à Secretaria responsável pela execução do PCT, passando a ser designada Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo – SMC, a qual assumiu novas atribuições relacionadas a mobilidade social;
- 2) O aporte adicional de recursos no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) é necessário tendo em vista que restam apenas 3% dos recursos para a realização das atividades em andamento e existem alguns trabalhos programados e demandas da atual governança da SMC para serem supridas. Os excelentes resultados proporcionados pelo PCT até o momento, com as consultorias realizadas e seus desdobramentos no âmbito do MAPA criaram a perspectiva de sua continuidade por mais um ano, possibilitando atender algumas demandas mais imediatas;
- 3) A prorrogação da vigência do projeto por mais 12 meses, a partir de março de 2018 também se faz necessária para que os eixos prioritários possam ser atendidos adequadamente e os resultados previstos sejam alcançados;
- 4) A inclusão de uma agência implementadora como co-executora do PCT (Objetivo Imediato 3) é uma iniciativa que visa dar mais vigor ao processo de atualização e ampliação de conhecimentos e informações necessários para a regionalização das políticas públicas. O trabalho realizado no âmbito deste PCT para qualificar e avaliar a demanda por assistência técnica e extensão rural levou, até o início do 2º semestre de 2017, ao envolvimento de mais de 20 unidades da federação na implantação de projetos prioritários de ATER. Isto configurou um novo arranjo institucional para atender ao médio produtor, alinhado com o alcance das metas e objetivos preconizados pelo PPA vigente, demandador de maior capacidade institucional por parte da SMC/MAPA. Neste sentido, o corpo técnico do MAPA identificou uma instituição que acumula *expertise* e conhecimentos específicos para serem aplicados às políticas públicas que executa, que está apta assumir a responsabilidade pelo êxito na implementação desse Objetivo Imediato, em face do seu histórico de atuação e conhecimentos produzidos e disponibilizados junto à diversos ministérios e órgãos federais, inclusive o MAPA.

### 2.3 – Objetivos e produtos do PCT

Inalterado



## **2.4 – Matriz lógica do PCT**

Inalterada.

## **2.5 – Execução física**

Aumento do prazo de execução em 12 meses e ampliação do orçamento em cerca de 30%.

## **3 - JUSTIFICATIVA**

Os estudos realizados no âmbito do PCT trouxeram importantes subsídios para as mais diversas áreas do setor agropecuário brasileiro, especialmente às relacionadas aos temas indicados no primeiro pedido de Revisão do Projeto<sup>2</sup>. Os estudos mais recentes aportaram novas e importantes contribuições para o MAPA trabalhar de forma consistente os programas, objetivos, iniciativas e metas estipulados no PPA 2016-2019.

O PCT se apresenta como um instrumento relevante para enfrentar o desafio atual para o desenvolvimento brasileiro, mantendo o crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, reduzindo os impactos dessa produção sobre os recursos naturais. A execução do objetivo geral, dos objetivos imediatos e dos resultados esperados do PCT continua se mostrando necessária para apoiar o cenário da agropecuária brasileira, ainda que com a concentração de maiores esforços na elaboração de ações para alguns eixos temáticos com foco nas diretrizes de desenvolvimento e na aplicação em políticas públicas.

Os Objetivos Imediatos e Resultados Esperados propostos para o PCT continuam atendendo plenamente as ações complementares desejadas, não havendo a necessidade de propor alterações. Alguns objetivos e resultados tiveram baixa execução técnica, a saber:

- 1.4 e 3.4: até o momento não foram realizados estudos nestes enquadramentos, estando, porém, previstos estudos para estes enquadramentos durante a execução do período 2017/2 e 2018/1 e também para o período proposto no Documento de Revisão nº 02 deste projeto.

---

<sup>2</sup> Suporte técnico, capacitação e aprimoramento da gestão das Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG; elaboração de estudos para subsidiar a promoção e execução de políticas públicas e a aplicação das atribuições determinadas pela Lei nº 12.897 de 1/12/2013 que criou a ANATER; promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias na região do Matopiba através do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA.

- 1.5, 1.6, 1.7, 2.1 e 3.3: ocorreu uma redução no índice de execução destes objetivos. Como justificado no Relatório de Progresso Eletrônico, existem previsões para a execução de estudos nestes enquadramentos. O baixo índice de execução técnica ocorreu devido as alterações na governança da pasta e, conseqüentemente, das diretrizes da governança das novas gestões, que totalizam 5 desde o início da execução do projeto, em 2013.

Com a atual gestão, houve um realinhamento e a retomada do curso das diretrizes e propostas previstas no início da execução do PCT. Isto posto, consideram-se adequados a manutenção dos objetivos e produtos de desenvolvimento do PCT e a matriz lógica propostos inicialmente pelo PCT.

O conteúdo técnico do PCT atende às expectativas iniciais de contribuir para a regionalização de políticas públicas agropecuárias, sobretudo no que se refere as intervenções da SMC, englobando iniciativas nas áreas da assistência técnica e extensão rural, inovação tecnológica, agricultura de baixo carbono, sistemas tecnológicos integrados e sustentáveis de produção agropecuária (incluindo recuperação de solos e irrigação), agricultura de precisão, indicação geográfica e marcas coletivas, cooperativismo e associativismo rural, e ajustes nos protocolos de boas práticas agropecuárias no âmbito do Mercosul.

O cenário final esperado se mantém inalterado, prevalecendo a missão de promover o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, mediante ações específicas voltadas para:

- Desenvolver sistemas agroalimentares e agroindustriais mais seguros, com balanço positivo de carbono;
- Integrar qualitativamente a relação campo-cidade;
- Fortalecer as cadeias produtivas, com ênfase no associativismo, cooperativismo e outras estratégias de ganho de escala;
- Estimular a adesão de produtores rurais e agroindustriais a processos de capacitação e inovação tecnológica; e,
- Assegurar a produção de alimentos seguros e de qualidade para que se amplie a inserção social na busca de um país sem pobreza rural.

Os eixos temáticos abordados durante os 51 meses de execução do PCT contribuíram para a consecução dessas ações específicas, apoiando as ações do MAPA. Neste período final de execução o que se pretende é trabalhar outros assuntos de modo que as contribuições do PCT ao MAPA e a agropecuária nacional continuem sendo efetivas. Em seção própria deste documento (item 2.4) são



apresentados os principais resultados e os desdobramentos alcançados com os estudos e os trabalhos de consultoria que foram e vem sendo realizados, demonstrando a efetividade do que foi realizado até o momento.

Dentre os eixos temáticos a serem priorizados nessa revisão está o suporte técnico, a capacitação e o aprimoramento da gestão das Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG. Esses órgãos regionais são responsáveis, dentre outras funções, pela implementação das políticas públicas sob competência da SMC, tais como o fomento e apoio ao cooperativismo, práticas de produção e agropecuária sustentável, processos de inovação, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, fomento e proteção da propriedade intelectual, promoção de parcerias institucionais e tratamento adequados das demandas parlamentares no âmbito do MAPA. O suporte proporcionado às DPDAGs atende a lógica de regionalização das políticas de desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Outro eixo temático prioritário, a assistência técnica e de extensão rural (ATER), foi contemplado com a elaboração de estudos para subsidiar a sua execução de forma regionalizada. As ações realizadas até aqui possibilitaram qualificar adequadamente as demandas do público prioritário do MAPA, o médio produtor. Esse público representa pouco mais de 10% dos estabelecimentos da agropecuária nacional, ocupa cerca de 22% da área de produção e gera mais de 20% do valor bruto da produção nacional. Está em curso a construção de parcerias com as unidades da federação para a execução de projetos prioritários, especialmente direcionados para a elevação da produção, da produtividade, da qualidade dos produtos, a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida, a promoção social e prestação de serviços e o desenvolvimento sustentável no meio rural. Esse eixo em especial tem alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) para o período 2016 a 2019, no Programa 2042 – Pesquisa e Inovação para a Agropecuária, cujo o objetivo (1005) é ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural de forma continuada, como instrumento de difusão, o qual prevê as seguintes iniciativas:

- Mapeamento da demanda de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do médio produtor (04ZJ)
- Definição de projetos prioritários de ATER (04ZK)
- Formação de técnicos para atender as demandas específicas de ATER para o médio produtor (04ZL)
- Monitoramento e avaliação das ações de ATER (04ZN)
- Implantação de programas e projetos de infraestrutura social (04ZM)

O MAPA retomou, após muitos anos de ausência, seu papel institucional na promoção da ATER, celebrando convênios com a maioria das unidades da federação, destinados a apoiar o médio produtor rural, responsável por parcela

expressiva da produção agropecuária nacional. Nesse sentido, foi decisiva a contribuição do PCT que possibilitou a contratação de consultoria para a realização de estudos<sup>3</sup>, os quais representaram o principal suporte para orientar as propostas de convênios apresentadas ao MAPA pelos órgãos estaduais de ATER.

O início da execução dos convênios demarca a atuação efetiva do MAPA junto ao médio produtor, ensejando a necessidade de estabelecer mecanismos que permitam a aferição dos resultados alcançados. Este processo está sendo realizado com a disponibilização aos parceiros da ferramenta de monitoramento desenhada por consultoria contratada no âmbito do PCT e vai reunir uma ampla e importante gama de dados sobre os produtores atendidos, os serviços prestados e, principalmente, os resultados alcançados. A ferramenta propiciará ao MAPA contar com um robusto banco de dados sobre a produção agropecuária do médio produtor, até então não disponível para o planejamento e a gestão de políticas públicas. O foco direcionado aos resultados é inédito e sem dúvida deverá se tornar indutor da adoção de novos paradigmas na contratação e disponibilização de serviços de ATER ao produtor rural. Esses dados precisarão ser sistematizados, analisados e convertidos em informações gerenciais capazes de avaliar o trabalho realizado e orientar as ações subsequentes do MAPA.

A continuidade do trabalho nessa área temática é essencial para que o esforço realizado pelo MAPA seja potencializado e ganhe aplicação prática, possibilitando o monitoramento e avaliação das ações realizadas. Para dar esse passo, a proposta é nomear uma agência implementadora, à qual será confiada a responsabilidade pela execução de parte do Objetivo Imediato 3 do PCT. Assumindo essa nova atribuição a agência implementadora deverá fornecer à SMC/MAPA os instrumentos para que possa dar curso as ações necessárias para que o ciclo de implementação da estratégia se complete. O detalhamento sobre a agência implementadora está relatado em seção própria deste documento (item 2.3).

Outro eixo temático prioritário e com forte caráter de regionalização de políticas públicas proposto nesta revisão é a conectividade (acesso à internet) no meio rural. A abordagem dessa questão é fundamental para ampliar o acesso do médio agricultor às inovações tecnológicas, promover a integração das diversas instituições que atuam para fomentar o desenvolvimento rural, como as escolas técnicas, as instituições de assistência técnica e de pesquisa agropecuária, dentre outras, mas sobretudo, para possibilitar uma abordagem mais integral da questão do fortalecimento da permanência dos jovens no meio rural. A conectividade busca a inclusão social de produtores rurais, inclusive aqueles das regiões de baixa densidade populacional e de difícil acesso à conexão de dados de alta velocidade

---

<sup>3</sup> "Análise territorial das necessidades de ATER, infraestrutura e plano de monitoramento e avaliação das ações empreendidas".



(banda 4G), para que possa ocorrer a otimização de processos produtivos, a melhoria de condições de educação, informação, da qualidade de vida, entretenimento, segurança e bem-estar, resultando em desenvolvimento social e econômico. Dentre outras melhorias previstas com a viabilização da conectividade no meio rural estão a viabilização dos incrementos nos sistemas produtivos, como aplicação da agricultura de precisão e de tecnologias que permitam a redução no uso de insumos por meio de uma utilização mais racional e com menor impacto ambiental; a conexão de povoados e distritos remotos facilitando a fixação no homem no campo; o apoio ao turismo rural e ecoturismo; a integração e intensificação das ações de ATER em regiões com maior demanda, permitindo os trabalhos de atendimento aos produtores rurais e comunicação em rede.

A contribuição do PCT nessa temática da conectividade se vincula ao ajuste das intervenções da SMC para o desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas agropecuárias, estratégicas e de longo prazo, possibilitando a atualização e ampliação de conhecimentos e informações e gerando insumos capazes de apoiar uma ação consistente do MAPA para a conectividade rural, visando sobretudo oferecer suporte para as ações de ATER que ora estão sendo implementadas em diversas unidades da federação.

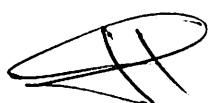
## **4 - A AGÊNCIA IMPLEMENTADORA**

### **4.1 – Critérios adotados para a escolha**

O MAPA identificou a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ como agência implementadora, em face de sua missão institucional direcionada para contribuir com o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro mediante a atualização e ampliação de conhecimentos e formação de pessoal, insumos que favorecem a implementação das políticas públicas a cargo da SDC/MAPA.

A Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ foi constituída em 30 de dezembro de 1976 e apresenta um significativo *portfólio* de serviços prestados para a agropecuária brasileira. Especialmente, nos últimos 15 anos, vem desenvolvendo consultorias voltadas à proposição, avaliação e monitoramento de políticas públicas para o MAPA e outros Ministérios (como SEAD - ex MDA, MI e MDS). Dentre os estudos que realizou, destaca-se o estudo “Análise territorial das necessidades de ATER, infraestrutura e plano de monitoramento e avaliação das ações empreendidas”, que serviu para desencadear as ações do MAPA nessa área, em consonância com as ações previstas no PPA, para a pesquisa e inovação na agropecuária brasileira.

A FEALQ acumula experiência bastante específica em modelagens espaciais complexas que envolvem geoprocessamento, espacialização de variáveis e análise



multicriterial de indicadores de caracterização territorial. Merecem destaque os estudos realizados: “Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário”; “Análise e Planejamento Territorial, Projeções e Estratégias para a Agricultura Familiar Brasileira”; “Estudos Territoriais Estratégicos para o Fortalecimento da Trajetória da Agricultura Familiar Brasileira”; “Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil”; e, “Avaliação da Implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC”, além do mencionado estudo sobre ATER voltada ao médio produtor rural (os principais estudos realizados estão listados e descritos no Anexo 1).

É bastante relevante o fato da FEALQ trabalhar com metodologia espacialmente explícita de análise territorial como suporte para proposição e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, pois o MAPA e a Embrapa preconizam a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) como instrumento complementar relevante no planejamento da inovação e da pesquisa agropecuária, tendo inclusive criado um grupo de trabalho com este enfoque.

Dada a experiência e a competência na realização de estudos dessa natureza, bem como o enquadramento nos critérios definidos pela Agência Brasileira de Cooperação supracitados, a FEALQ reúne os requisitos necessários para atuar como agência implementadora (co-executora) do Projeto, sendo capaz de assumir a responsabilidade pelo sucesso das atividades previstas no PCT. Contando com equipe técnica qualificada, poderá atuar na capacitação do público-alvo do PCT, na elaboração de estudos, metodologias, diagnósticos e pesquisas, bem como na implementação de projetos-piloto para validação de práticas, metodologias ou experiências de caráter demonstrativo.

A geração, sistematização e análise de dados e informações sobre a prestação de serviços de ATER ao médio produtor patrocinada pelo MAPA permitirá ampliar conhecimentos que poderão tanto ser apropriados pelos processos de formação, quanto contribuir para melhorar a qualidade dos estudos que a FEALQ realiza, fortalecendo as ações do MAPA no âmbito da ATER. Essa linha de trabalho que será desenvolvida pela agência implementadora denota o interesse recíproco das instituições em atuar colaborativamente nessa área temática.

Esse processo de mútua colaboração entre a FEALQ e o MAPA se dará mediante o envolvimento dos recursos humanos especializados da Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ) e da FEALQ, bem como com a disponibilização da estrutura de seu laboratório de geoprocessamento (Geolab). O aporte dessas contrapartidas pela agência implementadora constitui-se num insumo relevante para melhor conhecer a realidade do médio produtor rural, buscar alternativas para incentivar a permanência dos jovens no meio rural e realizar modelagens extremamente complexas sobre

mudanças do uso da terra e sustentabilidade ambiental capazes de instrumentalizar a SMC/MAPA para atuar na regionalização de políticas para a agropecuária. A mobilização desses recursos humanos especializados, a disponibilidade da infraestrutura física do laboratório e o aporte de capacidade de gestão pela agência implementadora representam uma importante contrapartida para alcançar os objetivos imediatos estabelecidos no PCT.

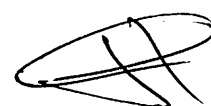
Para a FEALQ a atuação como agência implementadora permitirá coletar subsídios, realizar seu processamento e análise, o que contribuirá para revisar os modelos consolidados de dinâmica de uso da terra na agricultura, a complexa simulação de malha fundiária e o processamento de regras do Código Florestal (Lei 12.651/2012). Estes temas têm sido objeto de estudos recentes e sua disponibilidade ao MAPA poderá auxiliar na regionalização das políticas. O fato da ação se desenvolver em escala nacional torna possível geo-localizar o médio produtor rural e estimar sua participação agregada na utilização das terras e adequação à legislação ambiental, realimentando o ciclo de formulação das políticas públicas que podem ser direcionadas para esse público. Nos estudos que realiza a FEALQ tem especial interesse em realizar a estimativa de passivos legais e ativos florestais que poderiam ser incluídos no mercado de compensação de reserva legal ou iniciativas ligadas a Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), temas que também são de relevância para que a SMC/MAPA possa planejar melhor suas ações, inclusive orientando sua regionalização.

Esses aspectos pontuam alguns elementos que configuram a existência de interesses comuns entre a instituição executora nacional (SMC/MAPA) e a agência implementadora identificada (FEALQ), os quais não assumem caráter lucrativo e se inscrevem no conjunto das missões e das atividades finalísticas de ambas as instituições.

A forma pela qual está formulada a estreita colaboração entre as instituições, voltada para ampliar e aprofundar conhecimentos sobre a agropecuária brasileira afastam qualquer conotação comercial e de produto de mercado no objeto e nas ações que serão desenvolvidas.

#### **4.2 – Credenciais para execução das ações propostas**

A FEALQ é uma fundação incumbida, regimental e estatutariamente, de pesquisa técnica na área de agricultura. A instituição não possui fins lucrativos e detém inquestionável reputação ético-profissional além de notória especialização no campo de sua especialidade, a agricultura brasileira. A Fundação tem realizado trabalhos voltados para o desenvolvimento de instrumentos de planejamento de políticas públicas para diversos órgãos da administração federal desde o ano de 2002, comprovando intensa atividade nesta área nos últimos quinze anos.



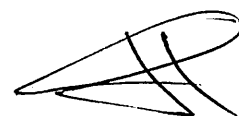
Trata-se de instituição absolutamente idônea, ligada as áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária, com comprovada experiência na realização de trabalhos de pesquisa nas temáticas que envolvem a dinâmica do setor primário. Esses atributos ensejam a possibilidade de estabelecer uma parceria produtiva entre a SMC/MAPA e a FEALQ, como agência implementadora do Objetivo Imediato 3 previsto no PCT. O histórico de atuação da Fundação a credencia para desempenhar a função, pois nas suas relações anteriores com a União não registra qualquer conduta desabonadora, como omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado do objeto de convênios ou contratos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos, danos ao Erário ou qualquer prática de atos ilícitos.

A qualificação da equipe técnica e o histórico de atuação evidenciam que a FEALQ reúne a capacidade técnica e operacional requerida da agência implementadora para executar as atividades programadas no Objetivo Imediato 3, para o qual está sendo designada como co-executora. A notória especialização da FEALQ aliada a qualificação da equipe se constituem em fatores fundamentais para assegurar o êxito da agência implementadora na execução daquilo que a SMC/MAPA pretende.

A atualização e ampliação de conhecimentos e informações que propiciem a regionalização das políticas públicas a cargo da SMC/MAPA que configuram o Objetivo Imediato 3 do PCT, principalmente nos seus resultados 3.1 (que trata do fornecimento de subsídios técnicos para sustentar as estratégias de regionalização de políticas públicas) e 3.3 (que se refere aos conhecimentos de técnicos e atores sociais locais ampliados em temas relacionados com atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural), apresentam importantes convergências com as atividades que vêm sendo realizadas pela agência implementadora recentemente.

A FEALQ detém vasto acervo técnico relacionado à agricultura e vem realizando estudos com análise multicriterial que muito bem se adequa às características e necessidades da agricultura, em face da grande quantidade de componentes envolvidos e suas escalas de ocorrência. Também tem atuado com a modelagem de sistemas complexos, lidando com o amplo conjunto dos componentes envolvidos e as relações não lineares entre escalas (local, regional e nacional), visando captar a representação da realidade do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Para alcançar os resultados previstos no Objetivo Imediato 3, pelo qual a FEALQ ficará responsável como agência implementadora, ficará incumbida de realizar o desenvolvimento de um modelo geográfico e temporal para simulação de produção agregada e mapeamento de "gaps" produtivos da agropecuária, considerando o aumento projetado de área e produtividade e os efeitos da ATER em diferentes cadeias do médio produtor rural. Este modelo deverá estar baseado em análise estatística de séries temporais de pesquisas do IBGE, combinada com dados empíricos gerados no contexto do projeto de ATER SMC/MAPA, pela utilização da



ferramenta de monitoramento. Para realizar esse tipo de produto é preciso dispor de experiência na sistematização de dados georreferenciados secundários em escala nacional e no processamento integrado à malha fundiária simulada por modelagem espacial, dentre outros conhecimentos específicos, além de dominar os ambientes tecnológicos necessários e dispor de infraestrutura como a do Geolab. Alguns dos produtos a serem apresentados pela agência implementadora deverão ser resultantes do processamento dessas variáveis, gerando modelos espaciais para estimativa de disponibilidade de terras para expansão agropecuária e a participação do médio produtor nesse contexto.

Além disso, o trabalho que deverá ser realizado no âmbito do Objetivo Imediato 3 contempla a necessidade de examinar a evolução e as variáveis coletadas no banco de dados gerado pela ferramenta de monitoramento de ATER, alimentada pelos técnicos dos entes conveniados, propondo ajustes e melhorias na ferramenta. Com respeito as ações de ATER, a realização de avaliações dos convênios em execução deverá possibilitar a identificação de lições aprendidas. Desta forma, as ações que serão desenvolvidas deverão instrumentalizar o MAPA para a gestão das suas ações relacionadas à ATER. Essa instrumentalização poderá se dar pela promoção de eventos de discussão dos resultados, pela disponibilização das análises do banco de dados da ferramenta de ATER e outros meios ajustados aos interesses da agência executora nacional.

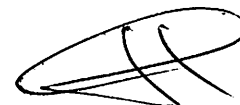
A indicação da FEALQ como agência implementadora proposta nessa revisão atende aos parâmetros definidos no documento "Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral", publicado pela Portaria nº 179 do MRE, de 14 de abril de 2015. Seu histórico de atuação demonstra que a mesma reúne as condições e a especialização necessária para a realização das atividades delegadas, além de demonstrar a sua capacidade técnica e operacional para executar as atividades programadas e empregar a metodologia de trabalho necessária para o atingimento dos objetivos previstos.

Em síntese, a natureza jurídica, a sua finalidade e reputação, sua estreita relação com os temas a serem tratados, a capacitação e experiência da equipe, detentora de notório saber teórico e profissional nessas áreas evidenciam que a FEALQ atende a todos os requisitos para se tornar agência implementadora do Objetivo Imediato 3 do PCT, tornando-se co-responsável pelo sucesso da sua execução.

#### **4.3 – Enquadramento, objeto e produtos da agência implementadora**

##### **4.3.1 – Enquadramento da atuação da agência implementadora**

A Agência Implementadora irá atuar exclusivamente nas atividades de capacitação, elaboração de estudos, metodologias, diagnósticos e pesquisas no âmbito do Objetivo Imediato 3 do PCT que está enunciado da seguinte forma:



*“Atualizar e ampliar conhecimentos e informações que propiciem a regionalização das políticas públicas a cargo da SMC/MAPA”.*

A atuação da agência implementadora estará voltada para o alcance dos resultados esperados 3.1 e 3.3, destacados a seguir:

*“3.1. Subsídios técnicos para sustentar as estratégias de regionalização de políticas públicas elaborados, disseminados e adotados.*

*3.3. Conhecimentos de técnicos e atores sociais locais ampliados em temas relacionados com atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, em especial: agricultura sustentável e de baixo carbono, manejo sustentável de culturas e recursos naturais, agricultura de precisão, identificação geográfica, metodologias participativas, agroecologia, mercado agrícola, comercialização, identificação de oportunidade de negócios para as cooperativas do Mercosul.”*

Para o alcance desses resultados a agência implementadora irá desenvolver atividades e elaborar produtos específicos relacionados à prestação de serviços de ATER ao médio produtor e avaliação de conectividade no meio rural.

#### **4.3.2 – Objeto da atuação**

A proposta é que a atuação da agência implementadora se concentre em 2 (dois) eixos temáticos considerados estratégicos pela SMC/MAPA: (i) a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e (ii) conectividade rural.

##### **4.3.2.1 – Eixo temático da assistência técnica e extensão rural**

Com relação à ATER a expectativa sobre o trabalho que será desenvolvido pela agência implementadora pode ser melhor compreendida a partir da estruturação de 3 (três) linhas complementares de ação.

A primeira delas se refere à instrumentalização do MAPA com o desenvolvimento e padronização de metodologias de análise dos dados gerados pela ferramenta de monitoramento alimentada no curso da execução dos convênios firmados entre o MAPA e as unidades da federação. As metodologias de análise dos dados produzidos terá como objetivos: (i) aperfeiçoar tecnicamente o processo de coleta e a qualidade dos dados através da formulação de estratégias de campo e algoritmos de auditoria e correção de erros e (ii) extrair informações do conjunto de dados através da aplicação de ferramentas geoespaciais e estatísticas que possibilitem gerar variáveis secundárias, visualizar padrões em diferentes escalas e elaborar cruzamentos com outras fontes de dados (ex.: execução de crédito rural como PRONAMP e ABC), sempre visando a consolidação de informações úteis ao aperfeiçoamento das políticas públicas de ATER voltadas ao médio produtor.



A segunda linha de trabalho tem por objetivo consolidar um conjunto de análises territoriais visando contextualizar o papel do médio produtor nas seguintes questões estratégicas: (i) atual ocupação e potencial de expansão agropecuária, principalmente na área de influência dos corredores de exportação do Arco Norte (eixos da BR 163 e BR 158), incluindo a questão de destinação de terras públicas e geolocalização de zonas de interferência com áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas); (ii) status nacional em relação ao cumprimento do Código Florestal (Lei 12.651/2012) através da estimativa de balanço de superávit e déficit de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) e análise do potencial de contribuição ao mercado de compensação ambiental.

A terceira linha proposta visa aprofundar o desenvolvimento de estratégias regionalizadas de ATER para o médio produtor, considerando diferentes cadeias produtivas e uma modelagem integrada do potencial estimado de aumento de área e da produtividade para essas cadeias, visando o preenchimento otimizado de "gaps" produtivos. Esse tipo de enfoque metodológico é inovador porque permite simular espacialmente os efeitos na produção agregada (safra) com diferentes níveis de intensificação, considerando todo o conjunto de produtores para definir, em cada região e em cada cadeia, qual é a melhor estratégia de ATER a ser adotada. Isto é, o modelo vai permitir comparar, por exemplo, os efeitos de uma ATER altamente qualificada para poucos produtores em comparação com um enfoque generalista, capaz de abranger um grande número de produtores. Essa análise poderá indicar a solução ótima para cada local e, principalmente, demonstrar quantitativa e espacialmente onde o enfoque de ATER ótimo seria de investimento público ou privado.

As três linhas acima formuladas são complementares na medida em que a primeira responde a demandas imediatas de políticas públicas, que requerem que a análise de dados seja feita de modo a considerar a integração de informações provenientes de diferentes bancos de dados (multicriterial) e utilize o conjunto de ferramentas e métodos aplicados para a compreensão de um território em sua totalidade, as quais constituem a base metodológica de atuação da agência implementadora. As informações e análises integradas servirão para instrumentalizar a SMC/MAPA para a formulação de propostas de aperfeiçoamento de forma fundamentada tecnicamente e a tomada de decisão sobre as ações que empreende. Por outro lado, a segunda linha de trabalho responde ao protagonismo do médio produtor rural nas políticas do MAPA, substanciadas pela consolidação do PRONAMP como o maior programa de crédito rural subsidiado sob gestão do Ministério. Esse protagonismo eleva as políticas públicas relacionadas ao médio produtor a um patamar de grande visibilidade, o que requer uma antecipação na geração de informações estratégicas úteis tanto para responder a questões ambientais de âmbito nacional e internacional, como também para relacionar o médio produtor ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pelo



Governo Brasileiro. Finalmente, a terceira linha de trabalho combina as análises e bases de dados acumuladas no âmbito das políticas de ATER (primeira linha de trabalho), com o arsenal de modelagem espacial construído na segunda linha de trabalho, visando a consolidação de uma estrutura completa de inteligência territorial voltada à formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas de ATER no MAPA.

#### **4.3.2.2 – Eixo temático da conectividade rural**

A natureza do estudo que se quer realizar sobre o tema da conectividade rural se ajusta perfeitamente aos modelos metodológicos que vêm sendo executados nos últimos anos pela FEALQ para diversos órgãos do Governo Federal. Os objetivos que devem ser alcançados com a realização do estudo sobre conectividade rural podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Espacializar os dados que ilustrem a disponibilidade e tipo da conectividade no meio rural;
- Elaborar a análise territorial da disponibilidade e qualidade da *internet* no meio rural por meio de informações secundárias disponíveis;
- Analisar o contexto do médio produtor rural, das instituições de ensino (escolas técnicas rurais), de pesquisa e de prestação de serviços de assistência técnica, com relação à cobertura disponibilizada;
- Analisar programas e projetos existentes no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI e outros ministérios que tenham relação com o tema da conectividade no meio rural;
- Promover a articulação entre o MCTI e o MAPA para estimular a melhoria da conectividade no meio rural;
- Realizar a avaliação qualitativa das condições existentes para a promoção de conectividade de qualidade nas áreas rurais;
- Elaborar proposições visando a ampliação da conectividade no campo e na rede de instituições voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

#### **4.3.3 - Atividades a serem realizadas pela agência Implementadora**

Para o atingimento dos objetivos a FEALQ deverá realizar atividades que exigem uma ação cotidiana na instrumentalização, consolidação, sistematização e análise de dados, bem como estudos e trabalhos de campo, que a condição de agência implementadora determina.

##### **4.3.3.1 – Atividades no eixo temático da assistência técnica e extensão rural**



Com relação à prestação de serviços de ATER ao médio produtor a agência implementadora deverá executar as seguintes atividades:

- Instrumentalizar o MAPA através de desenvolvimento de metodologias ou algoritmos de análise de variáveis coletadas no banco de dados gerado pela ferramenta de monitoramento de ATER, alimentada pelos técnicos dos entes conveniados;
- Propor ajustes e melhorias para serem implementados na ferramenta de monitoramento de ATER;
- Analisar, sistematizar e gerar informações diversas a partir do banco de dados da ferramenta de monitoramento de ATER, concatenando os resultados com os processos de análise territorial para fortalecer as possibilidades de regionalização de políticas do MAPA;
- Realizar uma avaliação de meio termo dos convênios em execução para relatar as lições aprendidas e instrumentalizar a SMC para que seja capaz de propor diretrizes de ação do MAPA;
- Promover, junto com técnicos do MAPA, eventos de discussão dos resultados das análises do banco de dados da ferramenta de monitoramento de ATER, fomentando a capacitação de técnicos de ATER;
- Sistematizar dados georreferenciados secundários em escala nacional relacionados a modelagem de mudança de uso da terra e a malha fundiária;
- Revisar modelos consolidados de dinâmica de uso da terra, simulação de malha fundiária e processamento de regras do Código Florestal (Lei 12.651/2012) em escala nacional;
- Realizar estudos de geo-localização do médio produtor rural e estimar sua participação agregada na utilização das terras, adequação à legislação ambiental, estimativa de passivos legais e ativos florestais instrumentalizando a SMC/MAPA para propor ações vinculadas ao mercado de compensação de reserva legal ou iniciativas ligadas ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Processar, para a área de influência dos corredores de exportação do Arco Norte (eixos da BR 163 e BR 158), modelos espaciais para estimativa de disponibilidade de terras para expansão agropecuária e a participação do médio produtor nesse contexto;
- Desenvolver um modelo geográfico e temporal para simulação de produção agregada e mapeamento de “gaps” produtivos da agropecuária, considerando o aumento projetado de área e produtividade e os efeitos da ATER em diferentes cadeias do médio produtor rural.



#### **4.3.3.2 – Atividades no eixo temático da conectividade rural**

Outra responsabilidade atribuída a agência implementadora diz respeito a realização de estudo direcionado à aplicação das ações sobre o tema de conectividade rural. As atividades para realização deste estudo são as seguintes:

- Interagir com a equipe técnica do MAPA através de reuniões para alinhar expectativas entre as equipes, bem como o processo de troca de informações e definir as melhores estratégias para a condução e execução de cada etapa do trabalho;
- Definir e estruturar o banco de dados com as informações necessárias ao desenvolvimento do estudo;
- Compilar, tratar e analisar o banco de dados georreferenciados;
- Aplicar geoprocessamento nos bancos de dados propiciando a sua integração e análise regional das variáveis por meio de modelagem espacial;
- Analisar espacialmente a possibilidade de acesso à internet pelo médio produtor rural, instituições de ensino (escolas técnicas rurais), de pesquisa e de prestação de serviços de ATER, com relação à cobertura disponibilizada;
- Levantar programas e projetos existentes no MCTI e outros ministérios que tenham relação com o tema da proposta, visando promover a articulação destes atores para estimular a melhoria da conectividade no meio rural;
- Analisar e interpretar os resultados do levantamento;
- Elaborar documentos técnicos contendo a avaliação qualitativa das condições existentes para a promoção de conectividade de qualidade nas áreas rurais e proposições visando a ampliação da conectividade no campo e na rede de instituições voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

#### **4.3.4 – Produtos a serem realizados pela agência implementadora**

As seções apresentadas a seguir descrevem os produtos que devem ser elaborados pela agência implementadora nas temáticas da assistência técnica e extensão rural e da conectividade. A definição do escopo dos produtos leva em consideração os objetivos propostos e a amplitude das atividades que serão realizadas. Os produtos a serem elaborados representarão a sistematização dos conhecimentos construídos e possibilitarão a maior disseminação e apropriação institucional de seus conteúdos, não só por parte do MAPA, como dos demais parceiros envolvidos.

##### **4.3.4.1 – Produtos no eixo temático da assistência técnica e extensão rural**

As ementas dos produtos a serem realizados com relação à ATER são as seguintes:



**Produto 1:** relatório técnico com a proposição de metodologia para análise do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER em seu estágio inicial, concatenando os resultados com as técnicas de análise territorial e cruzamento com bancos de dados secundários;

**Produto 2:** relatório técnico com a consolidação da metodologia de análise de informações do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER, após acúmulo de dados de execução suficientes para testes metodológicos conclusivos, concatenando os resultados com análise territorial, cruzamento com bancos de dados secundários, incluindo propostas e recomendações visando fortalecer as ações do MAPA no âmbito da ATER;

**Produto 3:** relatório técnico descrevendo o processo de instrumentalização técnica do MAPA na análise do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER por meio de: (i) implementação em ferramentas de algoritmos automáticos de análise propostos na metodologia consolidada e (ii) treinamentos, execução conjunta de análises e elaboração de um tutorial técnico para acompanhamento das ações do MAPA no âmbito da ATER;

**Produto 4:** relatório técnico com a avaliação de meio termo dos convênios em execução para relatar as lições aprendidas e propor diretrizes para gestores e técnicos nos estados para novos convênios do MAPA relacionados à ATER, considerando as ações executadas nos eventos de discussão dos resultados das análises do banco de dados da ferramenta de monitoramento de ATER;

**Produto 5:** relatório técnico reportando a metodologia de processamento espacial e resultados em escala nacional da estimativa de adequação nas Áreas de Preservação Permanente e do déficit e superávit de Reserva Legal para o médio produtor rural, incluindo a descrição das bases de dados sistematizadas de: uso da terra; APP; aptidão do meio físico; malha fundiária real (CAR, INCRA) e simulada por modelagem espacial; áreas protegidas públicas ou privadas (UC, TI, RPPN, etc.); divisões político-administrativas e de biomas; logística (estruturas de armazenagem e escoamento). Os resultados serão relacionados ao potencial do médio produtor rural em contribuir quantitativamente para a conservação e regularização ambiental;

**Produto 6:** relatório técnico contendo a estimativa de disponibilidade de terras para expansão agropecuária pelo médio produtor rural na área de influência dos corredores de exportação do Arco Norte (eixos da BR 163 e BR 158) em diferentes cenários de conservação ambiental, infraestrutura projetada e dinâmica de destinação de terras públicas;

**Produto 7:** relatório técnico contendo os resultados da modelagem integrada do potencial estimado de aumento de área e da produtividade em escala



nacional, visando otimização de desempenho produtivo e indicando as estratégias regionalizadas de ATER ao médio produtor.

O cronograma de execução dos produtos que integram os estudos de ATER encontra-se no Anexo 2.

#### **4.3.4.2 – Produtos no eixo temático da conectividade rural**

As ementas dos produtos à serem realizados sobre conectividade rural são as seguintes:

**Produto 1:** relatório técnico contendo a análise territorial da disponibilidade e qualidade da internet no meio rural no contexto do médio produtor rural e das instituições que atuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com vistas a categorização do território brasileiro, de modo a possibilitar a melhor compreensão dos fatores que interferem na conectividade rural;

**Produto 2:** relatório técnico contendo os resultados de uma pesquisa sobre programas e projetos relacionados à conectividade do meio rural e sobre ações resultantes de políticas públicas que visaram a promoção de sua efetividade no campo, oferecendo um amplo painel sobre as possibilidades existentes;

**Produto 3:** relatório técnico contendo a análise dos meios que podem promover a conectividade de qualidade nas áreas rurais e nas instituições que atuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, como as escolas técnicas rurais e outras instituições importantes para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;

**Produto 4:** relatório técnico contendo uma proposta com mecanismos e instrumentos para promover a inclusão digital no meio rural, que possibilite a instalação da infraestrutura necessária para a resolução dos problemas de conectividade no meio rural e contenha recomendações de medidas para ampliar a conectividade de boa qualidade no meio rural.

O cronograma de execução dos produtos que integrarão o estudo sobre conectividade rural encontra-se no Anexo 3 desta proposta de revisão.

#### **4.3.5 - Obrigações e responsabilidades da agência implementadora**

Na execução das atividades voltadas para o atingimento dos resultados a FEALQ deverá cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

a) Empregar, na execução dos serviços, pessoal qualificado para as atividades que devem ser executadas pela agência implementadora;



- b) Apresentar os produtos sob responsabilidade de execução da agência implementadora de acordo com o que está previsto nesta proposta de revisão;
- c) Responsabilizar-se pelo sigilo das informações, dados e outros insumos aos quais tenha acesso em função da sua atuação como agência implementadora;
- d) Acatar as orientações da instituição executora nacional, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às diligências formuladas;
- e) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do PCT, sem prévia autorização da instituição executora nacional;
- f) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento de suas atribuições como agência implementadora do PCT;
- g) Ter sob vínculo empregatício exclusivo seus empregados, estando em dia com todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;
- h) Prestar esclarecimentos a instituição executora nacional sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- i) Realizar os produtos definidos neste documento de revisão atendendo ao cronograma previamente estabelecido;
- j) o instrumento de celebração da incorporação ao projeto da Agência Implementadora poderá ser suspenso ou extinto nas hipóteses de descumprimento das regras que vieram a ser acordadas entre as partes;
- k) a Agência Implementadora estará obrigada a disponibilizar todos os registros, produtos e documentação relativa à execução da carta de acordo para avaliação da direção do projeto, da ABC e dos órgãos de controle sempre que solicitada; e,
- l) a instituição executora nacional do projeto detém a competência para instaurar procedimento administrativo com vistas ao ressarcimento de valores eventualmente não aprovados nas prestações de contas.



## 5. ORÇAMENTO E DISPOSIÇÕES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 5.1 QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - MAPA (3151)

Quadro 3

LINHA ORÇAMENTÁRIA									R\$
	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	ORÇAMENTO APÓS REVISÃO Nº 1	EXECUÇÃO 2013	EXECUÇÃO 2014	EXECUÇÃO 2015	EXECUÇÃO 2016	EXECUÇÃO 2017*	COMPROMETIDO 2017/2018	SALDO À EXECUTAR
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	618.786,00	618.786,00	0,00	0,00	66.000,00	22.000,00	0,00	0,00	530.786,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Equipamentos e Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, Prestação de Serviços)	8.735.499,71	12.545.023,52	198.417,54	2.748.122,24	4.176.814,73	2.444.900,66	1.504.259,96	1.558.368,12	-85.859,73
9 - Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-Total</b>	<b>9.354.285,71</b>	<b>13.163.809,52</b>	<b>198.417,54</b>	<b>2.748.122,24</b>	<b>4.242.814,73</b>	<b>2.466.900,66</b>	<b>1.504.259,96</b>	<b>1.558.368,12</b>	<b>444.926,27</b>
<b>TIN</b>	<b>467.714,29</b>	<b>658.190,48</b>	<b>9.920,88</b>	<b>137.406,11</b>	<b>212.140,74</b>	<b>123.345,03</b>	<b>75.213,00</b>	<b>77.918,41</b>	<b>22.246,31</b>
<b>Total</b>	<b>9.822.000,00</b>	<b>13.822.000,00</b>	<b>208.338,42</b>	<b>2.885.528,35</b>	<b>4.454.955,47</b>	<b>2.590.245,69</b>	<b>1.579.472,96</b>	<b>1.636.286,53</b>	<b>467.172,58</b>

Data Atualização: 31/07/2017  
 Total de Meses PCT: 60  
 Meses Executados: 52  
 Saldo para Execução: 8



## 5.2 – Previsão orçamentária dos recursos a serem alocados

Quadro 4

LINHA ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	2018	2019	TOTAL R\$
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado + Previsto	Realizado		Orçamento a executar	Orçamento a executar	
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	0,00	0,00	66.000,00	22.000,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Equipamentos e Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados e Serviços	198.417,54	2.748.122,24	4.176.814,73	2.444.900,66	3.062.628,08	444.926,27	13.075.809,52	3.420.000,00	474.739,62	16.970.549,14
<b>Sub-Total</b>	198.417,54	2.748.122,24	4.242.814,73	2.466.900,66	3.062.628,08	444.926,27	13.163.809,52	3.420.000,00	474.739,62	17.058.549,14
9 - TIN 5%	9.920,88	137.406,11	212.140,74	123.345,03	153.131,40	22.246,31	658.190,48	171.000,00	23.736,98	852.927,46
<b>Total</b>	<b>208.338,42</b>	<b>2.885.528,35</b>	<b>4.454.955,47</b>	<b>2.590.245,69</b>	<b>3.215.759,48</b>	<b>467.172,58</b>	<b>13.822.000,00</b>	<b>3.591.000,00</b>	<b>498.476,60</b>	<b>17.911.476,60</b>

\* Dados atualizados até 31/07/2017.



### 5.3 – Recursos à serem destinados para a agência implementadora

O repasse de recursos do projeto para a agência implementadora custear as atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade será formalizado por documento específico (Contrato de Prestação de Serviços para Agência Implementadora - Carta Acordo).

O valor a ser transferido pelo projeto de cooperação técnica internacional a agência implementadora será de R\$ 1.676.200,00 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil e duzentos reais). O Quadro 5 apresentado a seguir discrimina os principais itens de despesas que perfazem este valor.

**Quadro 5.** Principais itens de despesa da agência implementadora

Item de despesa	Custos (R\$)
Custos da equipe técnica específica para os projetos	
Técnicos especialistas em serviços de engenharia, processamento de dados, análises estatísticas, políticas públicas e outras	1.433.000,00
Custos de geoprocessamento, armazenamento e transmissão de dados	230.000,00
Material de consumo e outros	13.200,00
<b>Total</b>	<b>1.676.200,00</b>

A memória de cálculo com os custos de execução de cada um dos projetos sob responsabilidade da agência implementadora é apresentada nos anexos deste documento.

Com respeito a utilização dos recursos pela agência implementadora são aplicáveis as seguintes disposições;

- a) o gerenciamento da alocação dos recursos financeiros disponibilizados pelo PCT será de inteira responsabilidade da agência implementadora;
- b) os recursos disponibilizados pelo PCT para a agência implementadora serão empregados exclusivamente na remuneração do pessoal específico do projeto, independente do mecanismo que esta venha a utilizar para sua contratação e na remuneração da prestação de serviços de naturezas diversas utilizados na execução das atividades previstas;
- c) para a execução dos trabalhos designados à agência implementadora não está prevista a aquisição de bens patrimoniais e materiais permanentes;

- d) não serão destinados valores para pagamento de taxa de administração, não sendo a Agência Implementadora remunerada ou ressarcida pelas despesas administrativas que venha a incorrer em decorrência dos serviços prestados;
- e) a Agência Implementadora também não será remunerada por eventuais multas de qualquer natureza, sendo estas de sua inteira responsabilidade;
- f) os recursos disponibilizados pelo PCT não serão empregados em despesas relacionadas à manutenção da agência implementadora, tais como salários e encargos sociais do pessoal, tarifas de água, energia, telefone e outras de natureza similar, salvo aquelas que, comprovadamente, se destinem diretamente à execução do objeto do instrumento de celebração da incorporação ao projeto da Agência Implementadora, devendo, nesses casos, ser estabelecidas as condições e critérios a serem utilizados para o rateio e apropriação desses custos ao projeto de cooperação técnica internacional;
- g) os rendimentos financeiros decorrentes de eventual aplicação dos recursos disponíveis serão obrigatoriamente destinados pela Agência Implementadora nos objetos e finalidades previstos no ajuste firmado;
- h) a apresentação da prestação de contas ocorrerá com periodicidade semestral;
- i) os saldos de recursos financeiros eventualmente não utilizados serão devolvidos a instituição executora nacional;
- j) a Agência Implementadora se obrigará a disponibilizar todos os registros, produtos e documentação relativa à execução da carta de acordo para avaliação da direção do projeto, da ABC e dos órgãos de controle;
- k) será competência da SMC/MAPA, por meio da direção do projeto, monitorar e supervisionar as atividades de execução, avaliando seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir conjuntamente com o IICA, a responsabilidade pela execução do objeto de modo a evitar a descontinuidade dos serviços acordados;
- l) será competência da SMC/MAPA, por meio da direção do projeto, instaurar procedimento administrativo com vistas ao ressarcimento de valores eventualmente não aprovados nas prestações de contas;
- m) será suspenso ou extinto o instrumento de celebração da incorporação ao projeto da Agência Implementadora ao Projeto caso haja o não cumprimento ou cumprimento irregular dos termos estabelecidos no documento Carta



Acordo, tanto para especificações técnicas dos produtos como para projetos  
ou prazos.



### **5.3.1 - Insumos de contrapartida**

A Agência Implementadora irá disponibilizar como insumos de contrapartida para a execução do Objetivo Imediato 3 e o alcance dos resultados previstos pessoal técnico qualificado e a infraestrutura física do laboratório de geoprocessamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (GeoLab).



## 6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma físico e financeiro de implementação do PCT para cada um dos Objetivos Imediatos previstos é apresentado a seguir.

**Objetivo Imediato 1:** Aperfeiçoar iniciativas, estratégias e políticas de fomento e de inovação tecnológica com foco na regionalização.

Produtos	2017				2018 (revisão 2)				2019 (revisão 2)	
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2
1.1 Regionalização como principal enfoque norteador das políticas de fomento e de inovação tecnológica a cargo da SDC.										
1.2 Processos e procedimentos tecnológicos de incentivo à neutralização dos gases de efeito estufa, no campo, aperfeiçoados e validados.										
1.3 Estratégias de substituição de procedimentos convencionais por sistemas tecnológicos, integrados e sustentáveis de produção agropecuária ajustadas e validadas.										
1.4 Sistemas tecnológicos informatizados que favorecem ganhos de produtividade de espécies vegetais revistos e aperfeiçoados.										
1.5 Mecanismos de agregação de valor a produtos e serviços rurais em razão de seu local de origem revisados e testados.										
1.6 Iniciativas de valorização e resgate dos fundamentos do cooperativismo revistas e atualizadas.										
1.7 Modelo para harmonização de protocolos de Boas Práticas agropecuárias, no âmbito do Mercosul, revisto e aperfeiçoado.										

**Objetivo Imediato 2:** Ajustar os processos de adoção de decisões gerenciais à lógica da regionalização das políticas públicas no âmbito da SMC/Mapa.

Produtos	2017				2018 (revisão 2)				2019 (revisão 2)	
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2
2.1. Processos de descentralização gerenciais revistos em função da regionalização das políticas a cargo da SDC/Mapa.										
2.2 Recursos intelectuais, materiais e financeiros, mobilizados para apoio às decisões gerenciais, ajustados à lógica da regionalização.										



**Objetivo Imediato 3:** Atualizar e ampliar conhecimentos e informações que propiciem a regionalização das políticas públicas a cargo da SMC/Mapa.

Produtos	2017				2018 (revisão 2)				2019 (rev 2)	
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2
3.1 Subsídios técnicos para sustentar as estratégias de regionalização de políticas públicas elaborados, disseminados e adotados.										
3.2 Estratégias de formulação pedagógica, elaboração de conteúdos técnicos e emprego de recursos didáticos em programas e eventos de capacitação (presencial e à distância) para a regionalização revistas, aperfeiçoadas e validadas.										
3.3 Conhecimentos de técnicos e atores sociais locais ampliados em temas relacionados com atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, em especial: agricultura sustentável e de baixo carbono, manejo sustentável de culturas e recursos naturais, agricultura de precisão, identificação geográfica, metodologias participativas, agroecologia, mercado agrícola, comercialização, identificação de oportunidade de negócios para as cooperativas do Mercosul.										
3.4 Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas à regionalização de políticas públicas agropecuárias e de desenvolvimento rural sustentável, conhecidas por técnicos da SDC e atores sociais.										



## **ANEXO 1: Experiência da Agência Implementadora (co-executora) – Fundação de Estudo Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ)**

**Colocar esta parte como anexo final do documento**

### **ANÁLISE TERRITORIAL DAS NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER), INFRAESTRUTURA E PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; Simone B. L. Ranieri; Marcela A. de Araújo.

Período de realização: 2015 – 2017

Contratante: IICA (MAPA)

A equipe da Proponente integra este projeto realizado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que é coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek e executado pela FEALQ/ESALQ/USP. Os principais objetivos de sua realização se referem a: (i) analisar a demanda de ATER do médio agricultor; (ii) estabelecer as bases do relacionamento entre o MAPA e a ANATER com relação a demanda e ao acompanhamento da prestação de serviços; e, (iii) estruturar uma ferramenta de consulta automatizada para o monitoramento das ações de ATER junto a esses agricultores. Principais atividades: (i) modelagem espacial complexa, visando a caracterização do médio agricultor; (ii) realização de pesquisa de campo que possibilite aferir as condições desses agricultores e suas necessidades; e, (iii) desenho de uma proposta de monitoramento que possibilite ao MAPA gerenciar os processos de prestação de serviços e seus resultados.

### **ANÁLISE TERRITORIAL E AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA E DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA NO MEIO RURAL NO BRASIL**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; Durval Dourado Neto; Simone B. L. Ranieri; Marcela A. de Araújo.

Período de realização: 2015 – 2017

Contratante: IICA (MAPA)

Os integrantes da equipe da Proponente executam esse projeto que visa: analisar a disponibilidade de energia elétrica no meio rural para a ampliação da agricultura irrigada, integrar ao modelo os dados sobre outorgas de água no nível nacional, ampliar o estudo que analisou o potencial de expansão da agricultura irrigada no Brasil e ser catalisador do processo para o fortalecimento da estruturação do comitê técnico interministerial voltado para estabelecer a política de uso da água no meio rural.

### **AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SETORIAL DE MITIGAÇÃO E DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA – PLANO ABC**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; Simone B. L. Ranieri; Marcela A. de Araújo.

Período de realização: 2014/2015

Contratante: IICA/MAPA

A equipe técnica da Proponente, coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek, realizou este estudo voltado para analisar aspectos da implantação do Plano ABC mediante: (i) estudo da distribuição espacial dos projetos que utilizaram recursos do Plano ABC e sua relação com as características naturais e os perfis produtivos regionais; (ii) avaliação de possíveis padrões que expliquem a concentração de recursos do Plano ABC nas diversas regiões, atividades e perfis de proprietários tomadores do financiamento; (iii) análise de alinhamento entre as modalidades financiadas e os objetivos globais do Plano ABC; (iv) avaliação da implementação do Plano ABC sob o ponto de vista de seus gestores e tomadores de financiamento.

O estudo se baseou em levantamentos de dados secundários e primários, sendo estes últimos coletados via pesquisa de campo, para avaliação da implementação do Plano ABC sob o ponto de vista de seus gestores e dos tomadores de financiamento. O desenho metodológico desenvolvido permitiu cobrir múltiplas escalas, que são comuns em sistemas complexos como o Plano ABC, sendo possível avaliar se os objetivos e as estratégias traçadas em nível nacional foram eficazes quando transpostas para escalas operacionais (estadual e local). A pesquisa de campo considerou 3 eixos: Eixo 1 - âmbito estadual, com abordagem qualitativa, avaliando governança, gestão e percepção dos atores em relação aos tomadores de financiamento e aos agentes financeiros; Eixo 2 - âmbito municipal, com abordagem qualitativa, avaliando junto a atores locais a motivação para a concentração de financiamentos em determinados locais e a compatibilidade entre a aplicação dos recursos e os propósitos do Plano ABC; Eixo 3 - análise quantitativa dos perfis dos produtores tomadores de financiamento.

## **ESTUDOS TERRITORIAIS ESTRATÉGICOS PARA O FORTALECIMENTO DA TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; André Nassar, Leila Harfuch; Simone B. L. Ranieri; Marcela A. de Araújo.

Período de realização: 2014 - 2015

Contratante: IICA/NEAD

A equipe técnica da Proponente, coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek, foi responsável pela realização desse estudo cujo objetivo principal é destacar os avanços no conhecimento da agricultura familiar, especialmente no que diz respeito à determinação da sua renda, buscando isolar a influência da produção agropecuária de outras fontes de ingressos, bem como compreender sua relação com as condições socioeconômicas dos agricultores familiares (AFs), os sistemas de produção e as características do entorno. Esta pesquisa consistiu no levantamento de dados primários, totalizando 628 entrevistas semiestruturadas a agricultores de todas as regiões do país, abrangendo diversas cadeias produtivas (leite, milho, mandioca, café, feijão, soja, arroz, trigo, aves, suínos, gado de corte, entre outras).

Essa pesquisa também avaliou o Pronaf Mais Alimentos, uma das mais relevantes políticas públicas voltadas à agricultura familiar implementadas nos últimos anos. Duas abordagens foram adotadas para essa avaliação: uma quantitativa, feita através de modelagem, com base em dados secundários (PIB da agropecuária, PIB per capita e valor da produção, para todos os municípios brasileiros com relevante participação da agricultura familiar) e primários (para uma amostra selecionada de 319 AFs), e uma qualitativa, com base em dados primários (sub-amostra de 10 municípios, totalizando 306 entrevistas), buscando captar percepção de diversos atores - agricultores tomadores de crédito, agentes financeiros, instituições de ATER e empresas que comercializam produtos cadastrados no programa - sobre o impacto do Pronaf Mais Alimentos em



aspectos como produção, produtividade, renda, diversificação da produção e qualidade de vida do AF.

## **ANÁLISE TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO BRASIL**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; Durval Dourado Neto.

Período de realização: 2014

Contratante: IICA/SENIR (MI)

Este estudo de modelagem espacial de cobertura nacional considerou a área agrícola irrigada e a adicionalmente irrigável do Brasil no contexto de sua governança pública e privada, contemplando a dimensão física do processo (p.e. vazão dos rios, regime natural de chuvas, produtividade agrícola) em combinação com temas ambientais, sociais e econômicos. As representações simplificadas e agregadas dos muitos temas tratados através de chaves classificatórias e os produtos oferecidos para a execução da metodologia desenvolvida permitem a usuários não especializados entender de forma narrativa os resultados, além de gerar e testar cenários sem compromisso com o caráter quantitativo dos métodos e a representação espacial precisa das variáveis. Nestes aspectos, o estudo é pioneiro. Da área irrigada, atualmente, 37% (2,2Mha) conta com a possibilidade de expansão pelo esgotamento da água disponível em suas bacias. Outros 44% (2,7Mha) da irrigação está em regiões em que há importante possibilidade de expansão, mas fora de áreas de prioridade de intervenção pública. As áreas em que há possibilidade de expansão e justificam intervenção pública mais expressiva visando o desenvolvimento sustentável regional representam 19% da área irrigada (1,1Mha) e contém 36% da capacidade adicional de área irrigável (27Mha). Cabe destacar que esse estudo, na forma de seu Relatório Técnico Final, passou a fazer parte integrante do Plano Nacional de Irrigação, por meio da Portaria nº 115, de 18 de junho de 2015 do Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional.

## **ANÁLISE E PLANEJAMENTO TERRITORIAL, PROJEÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; André Nassar, Leila Harfuch.

Período de realização: 2012/2013

Contratante: IICA/NEAD

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek. Esse estudo realizou uma análise multicriterial do território brasileiro com base em variáveis capazes de refletir a renda da população, o desempenho econômico da produção agropecuária, a aptidão agrícola das terras e o interesse para a conservação ambiental, de modo integrado e associou com cenários econômicos criados a partir de uma modelagem realizada a partir do BLUM – *Brazilian Land Use Model* (ou Modelo de Uso da Terra para a Agricultura Brasileira) para definir perspectivas futuras da agropecuária brasileira, para orientação a gestores públicos relacionados com implementação de políticas voltadas a agricultura.

O estudo analisou os seguintes produtos: mandioca, feijão, milho, café, arroz, trigo, soja, carne de frango, leite de vaca e carne suína.

## **ANÁLISE TERRITORIAL E POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins; Flavio Luiz Mazzaro.

Período de realização: 2012

Contratante: IICA/NEAD

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek. O estudo "Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário" buscou construir um modelo espacialmente explícito de conversão de variáveis sintéticas, de interesse para o desenvolvimento agrário, quais sejam: as características econômicas da agricultura; a renda da população; a aptidão agrícola das terras para a produção; e, os elementos de conservação ambiental. Esse modelo foi convertido em um sistema de consulta automatizado, visando o uso gerencial dos dados produzidos pelos dirigentes do MDA. Este sistema é composto de 4 módulos: a) sistema de processamento dos recortes - planilha adequada ao processamento das bases de dados e variáveis de recorte do modelo (biomas, demarcação da fronteira agrícola e classes de uso), que disponibiliza o resultado da combinação proposta pelo usuário de acordo com as diferentes classes territoriais; b) informações agrárias estratégicas por município- voltado para a disponibilização de informações de interesse para a política agrária de cada um dos municípios brasileiros, com informações extraídas do Censo Agropecuário, referentes aos números de estabelecimentos e área da agricultura familiar e da não familiar, as extensões de terra de cada uma das quatro variáveis, dados de fronteira agrícola, biomas e classes de uso das terras, informações quanto a micro e a meso região de inserção do município e dados do preço das terras; c) processamento de informações estratégicas para conjuntos de municípios - aplicativo que permite uma consulta das informações de classes territoriais para um conjunto de municípios; e, d) análise de vínculos - possibilita identificar a correlação entre as ações governamentais implementadas pelo MDA e as classes territoriais, permitindo ao usuário, de forma interativa, avaliar se o direcionamento da ação está ocorrendo nos municípios prioritários.

## **ANÁLISE TERRITORIAL DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS**

**Autores:** Gerd Sparovek (Coordenador); Alberto G. O. Pereira Barretto; Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins.

Período de realização: 2004 -2005

NEAD. **Análise Territorial da Produção nos Assentamento** – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília 71 p.

Para responder a diversas questões referentes à reforma agrária, candentes em meados da década passada, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), realizou uma análise territorial das atividades produtivas nos assentamentos. O resultado foi o ensaio "Análise Territorial da Produção nos Assentamentos", coordenado pelo professor do Departamento de Solos e Nutrição de Plantas da Esalq/USP Gerd Sparovek.

O estudo realizou a sistematização, o tratamento e a análise integrada, das informações decisivas para os gestores de políticas e programas de fortalecimento da agricultura familiar e de reforma agrária. A partir do valor da produção agropecuária da produção familiar e não familiar, extraído do Censo Agropecuário, foram definidos os sistemas de produção predominantes em todo o país. O aspecto econômico foi aferido com base nos valores do IDH, considerado a sua componente renda. Seus resultados foram agrupados

em três classes, indicando diferentes níveis de desenvolvimento referenciados nos valores de IDH-renda: alto; médio; e baixo, constituindo-se em indicadores de classes de desenvolvimento. A aptidão do meio físico também suscitou a construção de indicadores, que levou em consideração duas variáveis ligadas ao solo (sua fertilidade e o potencial de mecanização) e uma variável, ligada ao clima, representada pelo decréscimo sobre a produtividade potencial (sem restrição hídrica) das culturas perenes pela falta de chuvas. O índice final foi classificado em três situações de aptidão: alta (pouca ou nenhuma restrição ligada a solo ou clima); média (restrições moderadas de solo e/ou clima); e baixa (restrições maiores ligadas ao solo e ao clima). A partir da combinação destes três elementos foram construídas classes de território, representando a dinâmica regional. Esse arranjo de informações e indicadores possibilitou o aprofundamento da compreensão da dinâmica da produção dos assentamentos e de seus elementos centrais, resultando num aprofundamento do conhecimento dos territórios e seus elementos definidores.

### **AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE IMPACTO DO PNCF - LINHA DE FINANCIAMENTO CPR**

*Período de realização:* 2009-2010

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Neste trabalho, realizado pela FEALQ/ESALQ e coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek, foram realizadas 1210 entrevistas na região nordeste (e Espírito Santo) com beneficiários e não beneficiários do programa (grupo controle). Foram levantadas informações do perfil, de renda, produção agrícola, etc. Foram realizadas análises de aspectos importantes sobre os beneficiários do Crédito Fundiário após o tratamento para retratar sua condição de renda, bem-estar, Capital Social e outros aspectos ligados ao perfil familiar e associativo. Foram elaborados três questionários para a coleta de campo: i) questionário-projeto, respondido pelo presidente (ou diretor) das associações; ii) questionário do beneficiário, respondido pelas famílias dos beneficiários, e iii) questionário do não-beneficiário (agricultor controle), respondido pelas famílias dos potenciais beneficiários.

### **AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PNCF - PERFIL DE ENTRADA DA LINHA DE FINANCIAMENTO CAF**

*Período de realização:* 2009-2010

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Neste trabalho, realizado pela FEALQ/ESALQ e coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek, foram realizadas 646 entrevistas na região Sul e 198 na região nordeste (e Espírito Santo) com beneficiários e não beneficiários do programa (grupo controle). Foram levantadas informações do perfil, de renda, produção agrícola, etc. Foram realizadas análises de aspectos importantes sobre os beneficiários do Crédito Fundiário após o tratamento para retratar sua condição de renda, bem-estar, Capital Social e outros aspectos ligados ao perfil familiar e associativo. Foram elaborados três questionários para a coleta de campo: i) questionário-projeto, respondido pelo presidente (ou diretor) das associações; ii) questionário do beneficiário, respondido pelas famílias dos beneficiários, e iii) questionário do não-beneficiário (agricultor controle), respondido pelas famílias dos potenciais beneficiários.

## **AValiação DE IMPACTO DO PNCf - PERFIL DE ENTRADA DA LINHA DE FINANCIAMENTO CPR**

*Período de realização:* 2006

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

*Trabalhos produzidos:*

Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação/SRA/MDA, Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Perfil de Entrada da Linha de Financiamento de Combate à Pobreza Rural. Ministério de Desenvolvimento Agrário: Estudos de Reordenamento Agrário, Vol. 2, Brasília, DF, 176 p. (2007)

Neste trabalho, realizado pela FEALQ/ESALQ e coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek, foi avaliado o perfil de entrada da linha CF CPR e NPT que se concentra nos Estados do Nordeste e no Espírito Santo. O perfil de entrada permite conhecer aspectos importantes sobre os beneficiários do Crédito Fundiário por retratar sua condição de renda, bem-estar, Capital Social e outros aspectos ligados ao perfil familiar e associativo no período imediatamente anterior ao financiamento. Foram elaborados três questionários para a coleta de campo: i) questionário-projeto, respondido pelo presidente (ou diretor) das associações; ii) questionário do beneficiário, respondido pelas famílias dos beneficiários, e iii) questionário do não-beneficiário (agricultor controle), respondido pelas famílias dos potenciais beneficiários. Foram coletados 119 questionários projeto, 641 questionários do beneficiário e 701 questionários de não-beneficiários. Depois dos procedimentos de depuração do banco de dados, foram utilizados nas análises 111 dados de projeto, 617 dados de beneficiário e 663 dados de não-beneficiário.

Os beneficiários e não beneficiários da avaliação foram caracterizados (perfil de entrada) considerando componentes da família (número de membros, anos de estudo e razão de dependência), tempo de trabalho na agricultura, condição anterior de exploração da terra, assistência técnica, PRONAF, gênero e idade, raça ou cor, escolaridade e infraestrutura.

Dentre as diversas análises realizadas, pode ser destacada a de cluster hierárquico, a de focalização das linhas de financiamento por diversas variáveis, a técnica de *propensity score matching*, usada para parear beneficiários e não-beneficiários e a do processo de formação de Capital Social e sua relação com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural).

## **AValiação DE IMPACTO DO PNCf - PERFIL DE ENTRADA DA LINHA DE FINANCIAMENTO CAF**

*Período de realização:* 2007

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

*Trabalhos produzidos:*

Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação/SRA/MDA, Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Perfil de Entrada da Linha de Financiamento Consolidação da Agricultura Familiar. Ministério de Desenvolvimento Agrário: Estudos de Reordenamento Agrário, Vol. 6, Brasília, DF, 240 p. (2007)

Neste trabalho, realizado pela FEALQ/ESALQ e coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek, foi avaliado o perfil de entrada da linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) nos Estados do Nordeste e nos da região Sul do país. O perfil



de entrada permite conhecer aspectos importantes sobre os beneficiários do Crédito Fundiário por retratar sua condição de renda, bem-estar, Capital Social e outros aspectos ligados ao perfil familiar e associativo no período imediatamente anterior ao financiamento. Foram elaborados dois questionários para a coleta de campo: i) questionário do beneficiário, respondido pelas famílias dos beneficiários, e ii) questionário do não-beneficiário (agricultor controle), respondido pelas famílias dos potenciais beneficiários. Foram coletados 298 questionários do beneficiário e 305 questionários de não-beneficiários. Depois dos procedimentos de depuração do banco de dados, foram utilizados nas análises 282 dados de beneficiário e 277 dados de não-beneficiário.

Os beneficiários e não beneficiários da avaliação foram caracterizados (perfil de entrada) considerando componentes da família (número de membros, anos de estudo e razão de dependência), tempo de trabalho na agricultura, condição anterior de exploração da terra, assistência técnica, PRONAF, gênero e idade, raça ou cor, escolaridade e infraestrutura.

Dentre as diversas análises realizadas, pode ser destacada a de cluster hierárquico, a de focalização das linhas de financiamento por diversas variáveis, a técnica de *propensity score matching*, usada para parear beneficiários e não-beneficiários e a do processo de formação de Capital Social e sua relação com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural).

## **DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL (CPR-CF) 2005**

*Período de realização:* 2005-2006

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

*Trabalhos produzidos:*

**BRASIL. Trajetória do Crédito Fundiário: da implantação à consolidação.** Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Reordenamento Agrário. 2006. 128 p

SPAROVEK, G. et al. Diagnóstico dos projetos do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CPR-CF). Brasília, 2005.

A pesquisa foi realizada por uma equipe da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek, e teve por objetivo verificar a qualidade de vida e a renda das famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Foram visitados 91 projetos e entrevistadas 200 famílias nos estados do Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Alagoas. Os materiais de coleta aplicados no diagnóstico CPR-CF (2005) foram similares aos do diagnóstico CPR-CF (2003) para permitir uma comparação de dados.

Em 2003 (Diagnóstico do CPR-CF, 2003), foram colhidas informações sobre a fase de implantação dos projetos. Em 2005, os pesquisadores voltaram às áreas para verificar a fase de implantação, comparando o que havia mudado na vida das famílias depois de três anos trabalhando na terra adquirida.

## **DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL (CPR-CF) 2003**

*Período de realização:* 2003-2004

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

*Trabalhos produzidos:*

SPAROVEK, G. et al. Diagnóstico dos projetos do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CPR-CF). Brasília, 2004.

NEAD. Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Nead. Cadernos de estudo NEAD: Brasília, 2005. 140 p

A pesquisa foi realizada por uma equipe da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek. O alvo da pesquisa foi abranger todos os projetos do CF-CPR (Formulário Projeto) e, dentro de cada projeto, entrevistar pelo menos três famílias (Formulário Família) ao acaso. Dos 226 projetos que constavam da listagem oficial em 6 de julho de 2003, 174 (77%) resultaram em entrevistas válidas e puderam ser inseridos na pesquisa. Nestes, foram entrevistadas 735 famílias (média de 4,2 famílias por projeto) que representam 18% dos beneficiários do CP-CPR da época. As opiniões sobre os projetos como um todo (Formulário Projeto) foram fornecidas preferencialmente pelos presidentes das associações ou outra pessoa com cargo executivo como tesoureiro ou secretário.

Também foi feito um estudo com abordagem específica para os aspectos ambientais do CF-CPR com base no socioambientalismo incluindo: i) a qualidade de vida dos beneficiários no que se refere às características do meio em que vivem e à sua percepção sobre a saúde ambiental desse meio; ii) a adoção de alternativas de desenvolvimento que caminhem no sentido da sustentabilidade; iii) a conservação dos recursos naturais incluindo o meio físico – solo, ar e água – e o biótico – a fauna e a flora – valorizando seus aspectos éticos, estéticos e econômicos, nas escalas local e regional; e iv) o cumprimento da legislação ambiental.

O Diagnóstico Ambiental teve como universo de análise os 174 projetos considerados nesta pesquisa e considerou duas escalas. Uma primeira regional, na qual o conjunto de ações do Programa foi avaliado quanto ao seu impacto sobre os ecossistemas afetados e seu confronto com políticas de meio ambiente. A segunda abordagem, em escala local, restrita à situação dos imóveis. Na análise regional foram considerados os municípios nos quais existem projetos do Crédito Fundiário e informações do mapa de vegetação do IBGE (1993) e do *workshop* "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga" (PROBIO/MMA, 2002). Na análise local, foram utilizadas as informações declaratórias do *Formulário Projetos e Família para análise da Reserva Legal (RL)* e das *Áreas de Preservação Permanente (APP)*, desmatamento de áreas nativas, tratamento de lixo e esgoto e a captação de água.

## **PROJETO CENSO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA - MÓDULO PROJETOS (2002 A 2003)**

*Período de realização:* 2002-2003

*Contratante:* Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) - PCT FAO-Incra

*Trabalhos produzidos:*

SPAROVEK, G. (Org.). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. 1. ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. v. 1. 204 p.

FRANÇA, Caio Galvão (Org.); SPAROVEK, G. (Org.). Assentamentos em debate. 1. ed. Brasília: Nead, 2005. v. 1. 300 p.

Pesquisa nacional, coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek, realizou um levantamento e análise de dados primários de 5540 projetos de assentamento do Incra. Na pesquisa foi criada uma série de índices que permitiram avaliar a qualidade dos projetos de assentamento de forma abrangente.

A pesquisa de campo, realizada entre 15 de julho e 25 de setembro de 2002 teve como base 14.414 entrevistas feitas em 4.340 Projetos de Assentamento (PA), criados entre





1995 e 2001, envolvendo todos os estados brasileiros. Estes projetos, que ocupam juntos uma área de aproximadamente 17,5 milhões de hectares, têm capacidade de assentar 386.096 famílias e contavam, na época das entrevistas, com 328.825 famílias ocupando os lotes.

Em cada Projeto de Assentamento (PA) foram realizadas pelo menos três entrevistas coletando-se a opinião do *i)* executor da política agrária e fundiária pela entrevista com o empreendedor social (ES) do Incra ligado ao projeto; *ii)* presidente ou diretor da associação do PA (no caso de haver mais de uma associação, foram entrevistadas até cinco associações); e *iii)* assentado sem cargo na associação na época da entrevista.

Os índices aparecem descritos de forma resumida a seguir: O *índice de eficácia de reorganização fundiária (IF)* avaliou o impacto que a criação do projeto de assentamento teve na conversão do latifúndio improdutivo, considerando a sua reorganização para uma situação característica de produção familiar. Os seus parâmetros foram baseados na meta (capacidade) de assentamento. O número de famílias morando no PA, as parcelas abandonadas ou que sofreram aglutinação e a área remanescente que não foi parcelada ou destinada a uso coletivo foram ponderados pela capacidade de assentamento. A porcentagem de área útil ocupada com produção também compôs o índice.

O *índice de qualidade de vida (QV)* reuniu questões ligadas ao acesso a serviços e condições de moradia no PA. Os maiores pesos foram vinculados ao acesso à educação, serviços de saúde e moradia. A localização do PA e a forma de acesso (tipo de estrada, meio de transporte), abastecimento de água e energia elétrica, tratamento de esgoto e transporte coletivo também foram ponderados no índice de qualidade de vida, mas apresentaram peso relativamente menor. O fator de ponderação, nesse caso, foi sempre o número de moradores no PA e não a capacidade de assentamento. A consequência disso foi uma avaliação desvinculada das metas propostas na criação do PA.

A *articulação e organização social (IS)* foram avaliadas principalmente em relação às parcerias externas do PA para atender às suas necessidades de serviços de educação, saúde, manutenção de estradas de acesso, auxílio à produção e comercialização, lazer e religião. Quanto maior o número de parcerias e quanto mais elas forem vinculadas a organismos não diretamente relacionados à reforma agrária, maior será o valor do índice. Com menor peso, também compõem o índice a participação dos moradores em associações e cooperativas, a área de produção coletiva do PA e a comercialização em sistemas integrados. A ponderação, nesse caso, também foi feita com base no número de moradores do PA e não com a sua capacidade de assentamento.

A *ação operacional (AO)* foi avaliada pelo cumprimento das obrigações do Incra ou do gestor local da política agrária e fundiária com o PA, e pela fase em que se encontra o projeto. O número de casas definitivas com abastecimento de água, energia elétrica e acesso por estradas, ponderado, nesse caso, pela capacidade de assentamento foi contabilizado no valor do índice. A fase de elaboração do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), a titulação e a consolidação, em conjunto com a liberação de créditos – de instalação, de habitação e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Linha A (Pronaf A) – também foram considerados, todos com o mesmo peso. Quanto maior for o cumprimento das obrigações do gestor da política agrária e fundiária, e quanto mais próximo o PA estiver da consolidação, maior será o valor do índice de ação operacional.

A *qualidade ambiental (QA)* foi representada por um índice que considera o estado de conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) com o maior peso. A existência de atividades ilegais de extração de produtos florestais (madeira e carvão) e a degradação das terras por erosão também foram consideradas no cálculo do índice. Com peso também elevado, as ações de recuperação ambiental (plantio de árvores e recuperação de matas ciliares) também foram contabilizadas. O estado de preservação das APP e RL e as ações de recuperação ambiental elevaram o

valor numérico do índice, e a existência de atividades impactantes ou ilegais depreciaram o seu valor.

## **AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO**

*Período de realização:* 2008

*Contratante:* Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo

*Trabalhos produzidos:*

LIMA, A. C. B. de., ; KEPPE, A. L. N. ; PALMIERI, R. ; ALVES, M. C.; MAULE, R. F. ; SPAROVEK, G. .. Impact of FSC forest certification on agroextractive communities of State of Acre, Brazil. Piracicaba: Imaflo, 2008. v. 1. 126 p.

LIMA, A. C. B. de., ; KEPPE, A. L. N. ; PALMIERI, R. ; ALVES, M. C. ; MAULE, R. F. ; SPAROVEK, G. .. Impacto da certificação florestal FSC em comunidades agroextrativistas do Acre. Piracicaba: Imaflo, 2008. v. 1. 125 p.

LIMA, A. C. B. de; Keppe, A. L. N.; Maule, F. E.; Sparovek, G.; Alves, M. C.; Maule, R. F. 2009. E certificar, faz diferença? Estudo de avaliação de impacto da certificação FSC/RAS/ - Piracicaba, SP: Imaflo, 96 p.

Esta pesquisa foi coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek e realizada para validar uma avaliação de impacto que pudesse abranger pontos da certificação socioambiental para comunidades agroextrativistas. A pesquisa foi realizada no ACRE em 4 associações certificadas, onde foram entrevistados 31 (de 50 existentes) agricultores certificados e 4 membros de assistência técnica. Como controle a pesquisa foi realizada em duas comunidades e foram entrevistados 10 (de 13 existentes) agricultores. O material de coleta era bastante amplo. Para garantir a viabilidade do estudo de Avaliação de Impacto, foram utilizados dois aspectos fundamentais: o grau de semelhança entre empreendimentos florestais comunitários e a existência de empreendimentos florestais comunitários semelhantes, porém não certificados. Os quatro critérios de semelhança entre os empreendimentos considerados foram: i) a realização do manejo florestal comunitário; ii) a exploração da madeira, como principal produto, no manejo florestal; iii) a organização fundiária em Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); iv) o padrão de certificação utilizado, o Padrão FSC para Manejo de Floresta Natural em Terra Firme na Amazônia.

Para a pesquisa foram elaborados cinco tipos de questionários: i) questionário da associação certificada: questionário aplicado ao presidente (ou ao diretor) da associação certificada, e cuja intenção foi registrar as características do histórico de formação da associação, da gestão, dos produtos explorados, da percepção da certificação, entre outros; ii) questionário do comunitário certificado: questionário aplicado aos manejadores da associação certificada, e cuja intenção foi registrar as características anteriores e posteriores à certificação, além de aspectos relativos à preservação ambiental, à fauna silvestre, à capacitação para o manejo florestal, à renda etc.; iii) questionário da associação-controle: questionário aplicado ao presidente (ou ao diretor) da associação não-certificada, e cuja intenção foi registrar as características do histórico de formação da associação, da gestão, dos produtos explorados, das condições de trabalho etc.; iv) questionário do comunitário-controle: questionário aplicado aos manejadores da associação não-certificada, e cuja intenção foi registrar as características da preservação ambiental, da fauna silvestre, da capacitação para o manejo florestal, da renda, entre outros; v) questionário da assistência técnica: questionário aplicado ao técnico da área de manejo florestal, com, no mínimo, um ano de experiência no trabalho com a comunidade em questão. A intenção foi registrar as percepções das mudanças sociais, ambientais e econômicas nessas comunidades.



## **AValiação DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS CAFEIROS**

*Período de realização:* 2008

*Contratante:* Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora

*Trabalhos produzidos:*

LIMA, A. C. B. de., ; KEPPE, A. L. N. ; PALMIERI, R. ; ALVES, M. C. ; MAULE, R. F. ; SPAROVEK, G. . . Impacto da certificação da Rede de Agricultura Sustentável (RAS) em fazendas de café. Piracicaba: Imaflora, 2008. v. 1. 56 p.

LIMA, A. C. B. de. ; KEPPE, A. L. N. ; PALMIERI, R. ; ALVES, M. C. ; MAULE, R. F. ; SPAROVEK, G. . . Impact of Sustainable Agriculture Network (SAN) certification on coffee farms Case study in the southern region and cerrado areas of the State of Minas Gerais. Piracicaba: Imaflora, 2008. v. 1. 51 p.

LIMA, A. C. B. de; Keppe, A. L. N.; Maule, F. E.; Sparovek, G.; Alves, M. C.; Maule, R. F. 2009. E certificar, faz diferença? Estudo de avaliação de impacto da certificação FSC/RAS/- Piracicaba, SP: Imaflora, 96 p.

Esta pesquisa foi coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek e realizada para avaliar o impacto da certificação socioambiental para empreendimentos cafeeiros. Para a pesquisa foram elaborados 6 materiais de coleta distintos. Fizeram parte da pesquisa 70 empreendimentos de café certificados e 47 não certificados das regiões do Sul de Minas Gerais e Cerrado Mineiro. Ao todo foram entrevistadas 359 pessoas. Nesta pesquisa foi definida também uma metodologia, baseada em geoprocessamento e sensoriamento remoto para avaliar ambientalmente o impacto do empreendimento. As fontes de dados, nos empreendimentos certificados e não certificados, foram as mesmas e constituíram-se de observações de campo, de imagens orbitais e de entrevistas com questionários estruturados. As observações de campo envolveram a visita a Áreas de Preservação Permanente, à Reserva Legal, à infraestrutura dos empreendimentos, além da coleta de coordenadas geográficas por meio do GPS de navegação, para o georreferenciamento de mapas e de imagens orbitais. Os recursos de geoprocessamento foram utilizados para identificar a extensão das áreas de preservação ambiental nos empreendimentos (Áreas de Preservação Permanente, APPs, e áreas de Reserva Legal, RLs) e comparar a situação delas à das bacias hidrográficas em que estão inseridas. As entrevistas foram realizadas com o proprietário ou o responsável pelo empreendimento, os trabalhadores fixos (incluindo os moradores, os aplicadores de agroquímicos e os menores de 18 anos) e os trabalhadores temporários (incluindo os moradores e os menores de 18 anos). Os principais dados socioambientais coletados diziam respeito à preservação da vegetação nativa, à conservação dos recursos hídricos, ao manejo de resíduos, à capacitação da mão-de-obra, às condições de trabalho e ao manuseio e à aplicação de agroquímicos.

## **AValiação DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS DE FLORESTAS PLANTADAS**

*Período de realização:* 2009

*Contratante:* Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora

*Trabalhos produzidos:*

Keppe, A. L. N.; LIMA, A. C. B. de; Maule, F. E.; Sparovek, G.; Alves, M. C.; Maule, R. F.. Avaliação de impacto da certificação FSC em empreendimentos florestais do Sul do Brasil - Piracicaba, SP: Imaflora, 2008. 104 p.



Keppe, A. L. N.; LIMA, A. C. B. de; Maule, F. E.; Sparovek, G.; Alves, M. C.; Maule, R. F

Impact assessment of FSC certification on forest enterprises in southern Brazil/ - Imaflora - Piracicaba, SP: Imaflora, 2009 105p.

LIMA, A. C. B. de; Keppe, A. L. N.; Maule, F. E.; Sparovek, G.; Alves, M. C.; Maule, R. F. 2009. E certificar, faz diferença? Estudo de avaliação de impacto da certificação FSC/RAS/- Piracicaba, SP: Imaflora, 96 p.

Esta pesquisa foi coordenada pelo pesquisador Gerd Sparovek e realizada para avaliar o impacto da certificação FSC socioambiental para empreendimentos florestais. Foram pesquisados no sul do país 14 empreendimentos (7 certificados e 7 não certificados – controle). Foram aplicados 342 materiais de coleta (questionários) de seis categorias: empreendimento, trabalhador, trabalhador que aplica agrotóxico, moradia, trabalhador jovem, empreiteiras e representantes de classe dos trabalhadores. A pesquisa demonstrou que a certificação florestal FSC resultou em contribuições socioambientais importantes em empresas florestais nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os impactos positivos estão relacionados a todos os aspectos socioambientais avaliados: saúde e segurança do trabalhador, capacitação, uso de agrotóxicos, preservação dos recursos naturais, manejo florestal e relacionamento com a comunidade. As fontes de dados utilizadas no estudo foram: observações de campo e entrevistas com questionários estruturados. As observações de campo envolveram a visita em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, áreas de produção e infraestrutura dos empreendimentos (moradias, alojamentos, meios de transporte, estradas, entre outros). As entrevistas foram realizadas com o proprietário ou responsável pelo empreendimento, trabalhadores próprios e terceirizados (incluindo residentes e alojados, aplicadores de agrotóxicos, operadores de máquinas florestais, motosserristas e menores de 18 anos), empreiteiros e clientes. Os principais dados socioambientais coletados foram relativos à preservação da vegetação nativa, conservação dos recursos hídricos, manejo de resíduos, segurança e condições de trabalho e capacitação. Os sindicatos e associações comunitárias no entorno dos empreendimentos também foram consultados e informações qualitativas quanto aos impactos socioambientais dos empreendimentos na comunidade foram coletados.

## PROJETO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO HORTAS COMUNITÁRIAS

*Período de realização:* 2005

*Contratante:* MDS/FAO - Projeto UTF/BRA/064

*Trabalhos produzidos:*

SPAROVEK, G, et.al. Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional. / Rômulo Paes-Sousa (org.); Jeni Vaitsman (org.). - Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. p. 275-358.

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek e executado FEALQ/ESALQ/USP. A realização deste estudo implicou numa revisão bibliográfica abrangente dos temas da segurança alimentar e nutricional e da agricultura urbana e periurbana no Brasil e noutros países. A diversidade de ações da SESAN/MDS no desenvolvimento das Hortas Comunitárias (HCs) tornou complexa a sistematização de informações sobre as ações dos seus parceiros em todo o território nacional e sua organização em banco de dados para obter resultados referentes ao conjunto do Projeto, o que motivou a apresentação da maior parte dos resultados mediante de Estudos de Caso. Foram analisadas ações em curso em 6 Unidades da Federação, o que obrigou a definição de metodologia de pesquisa, elaboração de instrumentos de pesquisa, treinamento de pesquisadores, articulação com os parceiros, sistematização e análise



das informações coletadas e outras ações inerentes a um estudo como proposto. Além dos Estudos de Caso, foi elaborado um estudo sobre o nível de segurança alimentar de todos os beneficiários do HCs a partir dos dados de renda coletados visando a avaliação de focalização. O estudo incluiu ainda uma análise de fluxo do projeto HC, apontando entraves e sugerindo ações gerenciais que podem levar a melhorias, além de sugestões para a revisão dos métodos gerenciais e de monitoramento do Projeto. Importante destacar que o Projeto Hortas Comunitárias apresentou interfaces relevantes com o PAA na destinação de sua produção.

## **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA COZINHAS COMUNITÁRIAS (MDS/FAO)**

*Período de realização:* 2008

*Contratante:* MDS/FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

*Trabalhos produzidos:*

Autores: Gerd Sparovek (Coordenador); Rodrigo Fernando Maule; Sergio Paganini Martins e outros.

Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. N 13 (2010) – Brasília – DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

[www.mds.gov.br/portalfederativo/.../pesquisas-concluidas-sagi\\_-020209.pdf](http://www.mds.gov.br/portalfederativo/.../pesquisas-concluidas-sagi_-020209.pdf)

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek e executado FEALQ/ESALQ/USP A pesquisa de avaliação do Programa Cozinhas Comunitárias (CCs) foi realizada com os objetivos específicos de mapear as unidades existentes, caracterizar a modalidade de implantação, identificar possíveis articulações com outros Programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), avaliar o grau de adesão da comunidade e o perfil e satisfação dos usuários e sugerir recomendações para a melhoria do Programa. O delineamento do estudo foi quali-quantitativo, com a utilização de diversas ferramentas de investigação para atender aos objetivos propostos e aos direcionamentos requeridos pela equipe técnica do MDS.

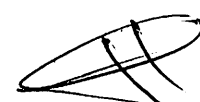
Foram levantadas informações de funcionamento do Programa junto aos gestores municipais, responsáveis pelas cozinhas e usuários, além de verificar a estrutura de funcionamento das CCs. O trabalho abrangeu 242 municípios com cozinhas comunitárias. Estas unidades foram devidamente categorizadas, sendo ainda realizada uma avaliação das refeições oferecidas, do seu custo efetividade, da gestão e percepção do programa, da estrutura de funcionamento, da caracterização dos usuários e da sua análise de satisfação. Com base nesse amplo levantamento foi exarado um conjunto de recomendações. A articulação com outros programas foi um dos pontos importantes das CCs. A articulação com o PAA mostrou-se importante nesta pesquisa, pois resolve a dificuldade enfrentada por muitos municípios em disponibilizar o recurso financeiro de custeio.

## **SISTEMA DE MONITORAMENTO DO MERCADO DE TERRAS (SMMT) SRA/MDA**

*Período de realização:* 2006-2007

*Contratante:* Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek na fase inicial de concepção do sistema O SMMT foi projetado para atender a uma demanda do PNCF. Ele é um sistema que compara o preço de imóveis rurais de um mesmo local, considerando características como: condições agronômicas, localização da propriedade, preço



esperado de venda, agentes do mercado, desenvolvimento regional e outros. Ao cadastrar os negócios realizados pelo PNCF, o sistema calcula valores de referência para os imóveis financiados pelo programa, realizando também o cálculo do bônus adicional.

### **PROJETO MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (MDA/NEAD/IICA)**

*Período de realização:* 2008 -2009

*Trabalhos produzidos:*

SPAROVEK, G.; Barretto, Alberto; Berndes, Goran; Martins, Sergio; Maule, Rodrigo Fernando. Burgi, Ricardo; Smorigo, Juliana Negrini. Polos de produção de energia, alimento e cidadania: conceito e aplicação em políticas públicas. Piracicaba. GAJ Editora e Comunicação, 2009. 108p.

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek e executado pela FEALQ/ESALQ/USP. Este estudo fez um resgate histórico da produção de cana-de-açúcar no Brasil, a sua evolução tecnológica e comercial, e relação com a agricultura familiar. Com base nas tecnologias de produção existentes no mercado e em arranjos produtivos já adotados em outros setores da produção agrícola (ex.: parcerias em avicultura, sericultura, produção de sementes), nesse estudo foram sugeridas formas de integração da produção de cana-de-açúcar visando etanol, açúcar e energia em parceria com o entorno de produção de alimentos, seja ele familiar ou patronal - Polos de produção de Energia & Alimento & Cidadania.

### **AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DE TERRAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**

*Período de realização:* 1999/2001

*Contratante:* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em cooperação técnica com Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) - PCT FAO-Incra *Trabalhos produzidos:*

*Trabalhos produzidos:*

SPAROVEK, G.; COOPER, Miguel; TORRADO, Pablo Vidal; TERAMOTO, Edson Roberto; SILCA, A. C.; DOURADO NETO, Durval; MAULE, R. F. . Land Evaluation System for Family Agriculture Suitability (SIATe). In: Deutscher Tropentag 2000, 2000, Hohenheim. Proceedings of DTT 2000, 2000. p. 1-18.

SPAROVEK, G.; COOPER, M.; DOURADO NETO, D.; MAULE, R. F.; TORRADO, P. V.; PIMENTA, L. F. de M.; MARTINS, S. P.; TERAMOTO, E. R.; STEEG, J. V. de; SCHNUG, E. The Land Resource Information and Suitability System for Family Agriculture (LARISSA), developed for the Brazilian agrarian reform. Journal of Agriculture in the Tropics and Subtropics, Witzenhausen, v. 103, n. 1, p. 47-59, 2002.

Este projeto foi coordenado pelo pesquisador Gerd Sparovek e executado pela FEALQ/ESALQ/USP. Nesse projeto foi realizado o desenvolvimento de uma metodologia (SIATe) para avaliação da viabilidade técnica e econômica de imóveis rurais para Agricultura Familiar. Neste trabalho foi desenvolvido um programa computacional para ser utilizado pelos técnicos de campo do INCRA. Este projeto foi financiado pelo PCT INCRA/FAO.



**ANEXO 2: Cronograma de execução dos produtos relacionados aos estudos de ATER (em meses) e memória de cálculo dos custos dos produtos e principais itens de despesa**

PRODUTOS		ANOS/MESES																	
		2017			2018												2019		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
<b>PRODUTO 1</b>	Relatório técnico com a proposição de uma metodologia para análise do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER em seu estágio inicial, concatenando os resultados com as técnicas de análise territorial e cruzamento com bancos de dados secundários	P1																	
<b>PRODUTO 2</b>	Relatório técnico com a consolidação da metodologia de análise de informações do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER, após acumulo significativo de dados para testes metodológicos conclusivos, concatenando os resultados com análise territorial, cruzamento com bancos de dados secundários, incluindo propostas e recomendações visando fortalecer as ações do MAPA no âmbito da ATER					P2													
<b>PRODUTO 3</b>	Relatório técnico descrevendo o processo de instrumentalização técnica do MAPA na análise do banco de dados e das variáveis coletadas pela ferramenta de monitoramento de ATER por meio de: (i) implementação em ferramentas de algoritmos automáticos de análise propostos na metodologia consolidada e (ii) treinamentos, execução conjunta de análises e elaboração de um tutorial técnico para acompanhamento das ações do MAPA no âmbito da ATER											P3							
<b>PRODUTO 4</b>	Relatório técnico com a avaliação de meio termo dos convênios em execução para relatar as lições aprendidas e propor diretrizes para gestores e técnicos nos estados para novos convênios do MAPA relacionados à ATER, considerando as ações executadas nos eventos de discussão dos resultados das análises do banco de dados da ferramenta de monitoramento de ATER																		P4

PRODUTOS		ANOS/MESES																	
		2017			2018												2019		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
<b>PRODUTO 5</b>	Relatório técnico reportando a metodologia de processamento espacial e resultados em escala nacional da estimativa de adequação nas Áreas de Preservação Permanente e do déficit e superávit de Reserva Legal para o médio produtor rural								P6										
<b>PRODUTO 6</b>	Relatório técnico contendo a estimativa de disponibilidade de terras para expansão agropecuária pelo médio produtor rural na área de influência dos corredores de exportação do Arco Norte (eixos da BR 163 e BR 158) em diferentes cenários de conservação ambiental, infraestrutura projetada e dinâmica de destinação de terras públicas										P7								
<b>PRODUTO 7</b>	Relatório técnico contendo os resultados da modelagem integrada do potencial estimado de aumento de área e da produtividade em escala nacional, visando otimização de desempenho produtivo e indicando as estratégias regionalizadas de ATER ao médio produtor.														P8				





Produtos	Serviços técnicos e de suporte (equipe principal - serviços de engenharia, processamento de dados, análises estatísticas e outras)	Material de consumo/outros	Trabalhos de Geoprocessamento e TI (servidor, hospedagem, etc.)	Total
	Valores em R\$			
1	107.600,00	5.400,00	27.500,00	140.500,00
2	107.600,00	5.400,00	27.500,00	140.500,00
3	107.600,00		27.500,00	135.100,00
4	134.500,00		27.500,00	162.000,00
5	269.000,00		27.500,00	296.500,00
6	179.300,00		27.500,00	206.800,00
7	170.400,00			170.400,00
<b>Total</b>				<b>1.251.800,00</b>



ITEM DE DESPESA	N	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	MESES	VALOR TOTAL
<b>Equipe específica para as atividades do projeto</b>		<b>Valor honorários</b>		
Coordenador Geral	1	10.500,00	18	189.000,00
Coordenador Técnico e operacional	2	10.000,00	18	360.000,00
Pesquisador Sênior 1	2	9.500,00	17	323.000,00
Pesquisador júnior	2	6.000,00	17	204.000,00
<b>Subtotal</b>				1.076.000,00
<b>Material de consumo</b>	<b>n</b>	<b>Valor unitário</b>		
Fotocópia	4000	0,2		800,00
Outras despesas (correio, etc.)				10.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>10.800,00</b>
Trabalhos de Geoprocessamento e TI (servidor, hospedagem, etc.)				165.000,00
<b>Subtotal</b>				165.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>1.251.800,00</b>



**ANEXO 3: Cronograma de execução dos produtos que integram o estudo sobre Conectividade Rural (em meses) e memória de cálculo dos custos dos produtos e principais itens de despesa**

PRODUTOS		1	2	3	4	5	6
<b>PRODUTO 1</b>	Relatório técnico contendo a análise territorial da disponibilidade e qualidade da internet no meio rural no contexto do médio produtor rural e das instituições que atuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com vistas a categorização do território brasileiro, de modo a possibilitar a melhor compreensão dos fatores que interferem na conectividade rural.		P1				
<b>PRODUTO 2</b>	Relatório técnico contendo os resultados de uma pesquisa sobre programas e projetos relacionados à conectividade do meio rural e sobre ações resultantes de políticas públicas que visaram a promoção de sua efetividade no campo, oferecendo um amplo painel sobre as possibilidades existentes.				P2		
<b>PRODUTO 3</b>	Relatório técnico contendo a análise dos meios que podem promover a conectividade de qualidade nas áreas rurais e nas instituições que atuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, como as escolas técnicas rurais e outras instituições importantes para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.					P3	
<b>PRODUTO 4</b>	Relatório técnico contendo uma proposta com mecanismos e instrumentos para promover a inclusão digital no meio rural, que possibilite a instalação da infraestrutura necessária para a resolução dos problemas de conectividade no meio rural e contenha recomendações de medidas para ampliar a conectividade de boa qualidade no meio rural.						P4



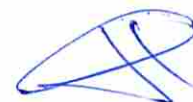
PRODUTO	Serviços técnicos e de suporte (equipe- serviços de engenharia, processamento de dados, análises estatísticas e outras)	Material de consumo/outras	Trabalhos de Geoprocessamento e TI (servidor, hospedagem, etc.)	Total
	Valores em R\$			
1	89.250,00	1.200,00	16.250,00	<b>106.700,00</b>
2	89.250,00	1.200,00	16.250,00	<b>106.700,00</b>
3	71.400,00		32.500,00	<b>103.900,00</b>
4	107.100,00			<b>107.100,00</b>
<b>Total</b>				<b>424.400,00</b>

ITEM DE DESPESA	N	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	MESES	VALOR TOTAL
<b>Equipe</b>		<b>Valor honorários</b>		
Coordenador Geral	1	10.500,00	6	63.000,00
Coordenador Técnico e operacional	2	10.000,00	6	120.000,00
Pesquisador Sênior 1	2	9.500,00	6	114.000,00
Pesquisador júnior	2	6.000,00	5	60.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>357.000,00</b>
<b>Material de consumo</b>	<b>n</b>	<b>Valor unitário</b>		
Fotocópia	2000	0,2		400
Outras despesas (correio, etc.)				2000
<b>Subtotal</b>				<b>2.400,00</b>
Trabalhos de Geoprocessamento e TI (servidor, hospedagem, etc.)				65.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>65.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>424.400,00</b>

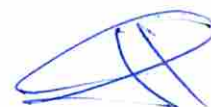
## ANEXO 4: Memória de Cálculo para execução dos recursos – Revisão 02 (\*)

Memória de Cálculo dos Recursos Revisão 02		
Descrição		Valores em R\$
Total do orçamento/recursos Revisão 02		4.000.000,00
Encargos incorporados ao projeto		89.476,60
TIN (5%)		-194.736,98
<b>Total recursos para execução por objetivos/resultado</b>		<b>3.894.739,62</b>
Atividade	Componentes	Custo/R\$
<b>Objetivo Imediato 1:</b> Aperfeiçoar iniciativas, estratégias e políticas de fomento e de inovação tecnológica com foco na regionalização.		
<i>1.1 Regionalização como principal enfoque norteador das políticas de fomento e de inovação tecnológica a cargo da SMC.</i>		
Estudos para diagnósticos e elaboração de estratégias com ênfase na regionalização das políticas públicas	Consultor individual para realização de estudos e diagnósticos sobre os gargalos no direcionamento das políticas públicas no setor agropecuário	100.000,00
<i>1.2 Processos e procedimentos tecnológicos de incentivo à neutralização dos gases de efeito estufa, no campo, aperfeiçoados e validados.</i>		
<i>1.3 Estratégias de substituição de procedimentos convencionais por sistemas tecnológicos, integrados e sustentáveis de produção agropecuária ajustadas e validadas.</i>		
Desenvolvimento de instrumentos para a elaboração de estudo sobre as tecnologias para produção agropecuária com baixa emissão de carbono, visando a proposição de modelos e sistemas que economizem carbono ao longo do sistema de produção.	3 consultores especialistas em tecnologia para produção de baixa emissão de carbono	450.000,00
	Deslocamentos para coleta de dados para elaboração dos produtos e divulgação do projeto	59.737,62
<i>1.4 Sistemas tecnológicos informatizados que favorecem ganhos de produtividade de espécies vegetais revistos e aperfeiçoados.</i>		
Estudo sobre a conectividade rural, ajustados aos modelos metodológicos com vistas ao favorecimento do desenvolvimento rural e aos ganhos de produtividade na atividade agropecuária.	Estudo a ser realizado por empresa especialista que atuará como agência implementadora no projeto (atividade descrita no presente documento)	424.400,00

<i>1.5 Mecanismos de agregação de valor a produtos e serviços rurais em razão de seu local de origem revisados e testados.</i>		
Estudos sobre a metodologia avaliação de produtos com potencial de Indicação Geográfica ou Marcas Coletivas, considerando a necessidade de desenvolvimento e registro de IG nas regiões produtoras.	Consultor individual para realização de estudos sobre os potenciais produtos aptos ao enquadramento à Indicação Geográfica e Marcas Coletivas para a elaboração de diagnósticos e direcionamentos das metodologias e estratégias para a obtenção dos registros das regiões produtoras.	150.000,00
	Deslocamentos para coleta de dados para elaboração dos produtos	30.000,00
<i>1.6 Iniciativas de valorização e resgate dos fundamentos do cooperativismo revistas e atualizadas.</i>		
Estudos para a análise da legislação aplicável ao cooperativismo em nível nacional nos diversos segmentos: produção, consumo, cooperativismo de crédito, comercialização e do trabalho e o papel institucional do Mapa com vistas para o desenvolvimento do cooperativismo e da economia nacional, tendo como base a Lei Agrícola.	Consultor individual para realização dos estudos previstos, especialista em atividades ligadas ao cooperativismo e associativismo.	200.000,00
	Deslocamentos para coleta de dados para elaboração dos produtos	20.000,00
<i>1.7 Modelo para harmonização de protocolos de Boas Práticas agropecuárias, no âmbito do Mercosul, revisado e aperfeiçoado.</i>		
Estudos sobre o bem-estar animal no âmbito de novas tecnológicas para o alojamento, manejo e produção no setor agropecuário, para fomento e promoção das boas práticas nas cadeias produtivas.	Apoio para a realização de seminários para a capacitação dos atores envolvidos no processo produtivo	50.000,00
<b>Objetivo Imediato 2:</b> Ajustar os processos de adoção de decisões gerenciais à lógica da regionalização das políticas públicas no âmbito da SMC/Mapa.		
<i>2.1. Processos de descentralização gerenciais revisados em função da regionalização das políticas a cargo da SMC/Mapa.</i>		
<i>2.2 Recursos intelectuais, materiais e financeiros, mobilizados para apoio às decisões gerenciais, ajustados à lógica da regionalização.</i>		
Estudos e levantamentos analíticos para banco de dados do diagnóstico individualizado do Produtor RURAL	Consultor individual especialista para elaborar e compilar análise de dados visando subsidiar a tomada de decisão por parte dos	200.000,00



	gestores do Departamento de Integração e Mobilidade Social	
	Deslocamentos para coleta de dados para elaboração dos produtos	30.000,00
<b>Objetivo Imediato 3:</b> Atualizar e ampliar conhecimentos e informações que propiciem a regionalização das políticas públicas a cargo da SMC/Mapa.		
<i>3.1 Subsídios técnicos para sustentar as estratégias de regionalização de políticas públicas elaborados, disseminados e adotados.</i>		
Estudos para a instrumentalização do MAPA com foco no desenvolvimento e padronização de metodologias de análise dos dados gerados pela ferramenta de monitoramento de ATER para o médio produtor, alimentada no curso da execução dos convênios firmados entre o MAPA e as unidades da federação.	Estudo a ser realizado por empresa especialista que atuará como agência implementadora no projeto (atividade descrita no presente documento)	1.251.800,00
Estudos destinados ao desenvolvimento de iniciativas para a continuidade da aplicação da Política de Gestão de Recursos Genéticos	Consultor individual para realização de estudos e diagnósticos sobre o setor de recursos genéticos no Brasil	150.000,00
Estudo para promover o nivelamento entre os diversos atores atuantes nas ações em níveis nacional e internacional quanto à Produção Integrada	Consultor individual especialista em análise e diagnóstico do setor com vistas a gerar subsídios para a capacitação dos atores	130.000,00
Realizar análise econômica (custo-benefício) sobre a utilização de Boas Práticas Agropecuárias na criação de bubalinos	Consultor individual especialista em análise e diagnóstico do setor com vistas a gerar subsídios para a capacitação dos atores	100.000,00
	Deslocamentos para coleta de dados para elaboração dos produtos	20.000,00
<i>3.2 Estratégias de formulação pedagógica, elaboração de conteúdos técnicos e emprego de recursos didáticos em programas e eventos de capacitação (presencial e à distância) para a regionalização revistas, aperfeiçoadas e validadas.</i>		



Capacitação de multiplicadores e produtores em caracterização de produtos em regiões com potencial para Indicação Geográfica e Marcas coletivas	3 Consultores especializados em caracterização de produtos com potencial para Indicação Geográfica e Marcas Coletivas	269.002,00
<p><i>3.3 Conhecimentos de técnicos e atores sociais locais ampliados em temas relacionados com atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, em especial: agricultura sustentável e de baixo carbono, manejo sustentável de culturas e recursos naturais, agricultura de precisão, identificação geográfica, metodologias participativas, agroecologia, mercado agrícola, comercialização, identificação de oportunidade de negócios para as cooperativas do Mercosul.</i></p>		
Sistematização de informações técnico-científicas que facilitem a atuação da coordenação de Agroecologia no estabelecimento de especificações de referências de produtos fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica.	2 consultores individuais para realização das pesquisas indicadas para a execução do trabalho demandado pela área técnicas	200.000,00
<p><i>3.4 Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas à regionalização de políticas públicas agropecuárias e de desenvolvimento rural sustentável, conhecidas por técnicos da SMC e atores sociais.</i></p>		
Estudos sobre experiências para o desenvolvimento rural sustentável para a capacitação dos técnicos da SMC	Apoio para a realização de seminários para a capacitação dos atores envolvidos no processo produtivo	59.800,00
<b>Total por objetivo/resultado</b>		<b>3.885.002,00</b>

(\*) Valores indicativos, baseados na prospecção realizada junto às áreas técnicas e condicionados ao orçamento aprovado no exercício da solicitação.

